

Comunicação Social Inclusiva

As Pessoas com Deficiência no mundo dos
Jornais, Revistas, Rádio, Televisão, Internet



Emílio Figueira

Emílio Figueira

COMUNICAÇÃO SOCIAL INCLUSIVA
As pessoas com deficiência no mundo dos
jornais, revistas, rádio, televisão, internet

Edição do Autor
São Paulo
2014

© 2014 – Emílio Carlos Figueira da Silva

Capa e projeto gráfico: Emílio Figueira

**FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE ISBN**

Figueira, Emílio – 1969 –

COMUNICAÇÃO SOCIAL INCLUSIVA - As pessoas com deficiência no mundo dos jornais, revistas, rádio, televisão, internet. Emilio Figueira. – São Paulo : Ed. do Autor/AgBook, 2014.

1. Comunicação Social. 2. Pessoas com Deficiência. 3. Jornalismo

É PROIBIDA A REPRODUÇÃO

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, copiada, transcrita ou mesmo transmitida por meios eletrônicos ou gravações, assim como traduzida, sem permissão, por escrito, do autor. Os infratores serão punidos pela Lei no. 9.610/98.

Impresso no Brasil / Printed in Brasil

ALGUMAS PALAVRAS

Talvez este livro esteja nascendo com quase 20 anos de idade. Isto porque, durante toda a década de 1990, realizei intensas atividades nesta área que intitulei como “Deficiência e Comunicação Social”. Por um lado, enquanto jornalista, atuei em várias publicações alternativas e em publicações de massa. A condição de repórter especial permitiu-me realizar entrevistas, escrever reportagens, colunas artigos de opinião sobre as questões que envolvem questões das pessoas com deficiência.

Mas também, na condição de consultor e pesquisador científico, possibilitou-me realizar pesquisas acadêmicas sobre a imagem dessas pessoas nos meios de comunicação de massa e como se dava essa relação. Resultados foram os inúmeros estudos que pude escrever sobre a temática e uma especialização em jornalismo científico pelo Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio Palatais (USP/Bauru) com a monografia “Deficiência e Comunicação Social – divulgação e normalização”. Nos anos 2000, fui estudar Psicologia, tendo mais subsídios técnico-científicos para me aprofundar nas análises e aperfeiçoamento de meus escritos.

Grande parte desses escritos estão compilados neste livro introdutório e reflexivo sobre o tema, que renomeio como “COMUNICAÇÃO SOCIAL INCLUSIVA”, estruturando-o em três Unidades:

- A primeira dirige-se à grande imprensa, jornalistas, editores, produtores, publicitários, dentre outros, visando orientá-los na maneira certa de trabalhar corretamente com o tema “pessoas com deficiência”.
- A segunda dirige-se às próprias pessoas com deficiência e todas às pessoas envolvidas com a temática, contando um pouco a história da imprensa alternativa voltada para esta área no Brasil, visando ser modelo e estimulação para outras iniciativas.
- Na terceira estimula-se tanto a criação de comunicações alternativas, oferecendo várias ideias e meios de como fazer circular cada vez mais informações da área.

Neste contexto – e por este material está sendo publicado com quase 20 anos -, creio que esta obra tem um caráter histórico. Principalmente na segunda Unidade onde tenho orgulho de contar fui repórter e registrei a história das duas publicações pioneiras realmente jornalísticas no Brasil voltadas às pessoas com deficiência: o jornal carioca “Desafio de Hoje” e a paulista “Revista Integração” – cujas trajetórias de ambos estão detalhadamente relatadas aqui. Duas publicações que não mais existem e que residem nas memórias de poucos, mesmo com a importância que tiveram.

Parte destes escritos podem ter um sabor de ultrapassados, mesmo ainda trazendo muitas colaborações e informações aos Meios de Comunicação Social. Após os anos 1990, com toda a evolução, discussão e conquistas para uma

sociedade realmente inclusiva, a pessoa com deficiência tem ganhado muito espaço na mídia, principalmente de forma positiva. Mas sempre haverá espaço para se discutir e melhorar essas participações midiáticas.

Prof. Emilio Figueira
Dezembro de 2013

SUMÁRIO

UNIDADE

A QUESTÃO DA IMAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

CAPÍTULO 1 - Deficiência, comunicação social e o programa de ação mundial

CAPÍTULO 2 - As deficiências representadas na mídia

CAPÍTULO 3 - Aos profissionais do mundo das comunicações sociais

UNIDADE II

A HISTÓRIA DA IMPRENSA ALTERNATIVA VOLTADA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

CAPÍTULO 4 - O pioneirismo do jornal “Desafio de Hoje”

CAPÍTULO 5 - “Revista Integração” a voz que se calou

UNIDADE III

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, MEIOS DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVOS E NOVAS POSSIBILIDADES

CAPÍTULO 7 - Deveres, metas, dificuldades e futuro

CAPÍTULO 8 - Outras formas de comunicação alternativas

CAPÍTULO 9 - Centros de documentação e informação e a internet

CAPÍTULO 10 - A pessoa com deficiência e o regaste de sua cidadania através da escrita

CONCLUSÃO - Observações gerais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UNIDADE I

A QUESTÃO DA IMAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

DEFICIÊNCIA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E O PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL

Falar de pessoas com algum tipo de deficiência já não é mais falar de um universo tão pequeno assim, ou como muitos pensam, insignificante. Os números provam isto. Segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE, 46,5 milhões de brasileiros têm deficiências. Essa quantidade de pessoas com deficiência passou a ter um peso significativo na sociedade. Pessoas que nas últimas décadas, não contentes com o isolamento social, resolveram colocar a cara na rua, visando conquistar o seu lugar no seio social. Presentes hoje em todos os segmentos, deixaram de ser os "coitadinhos" para ser um público consumidor, produtivo e, sabedor de onde realmente quer chegar, exigente de bons serviços.

Consequência disso, é que cada vez mais o contexto social está se vendo obrigado a promover e se adaptar à política da inclusão social para recebê-las. Por lei, o mercado de trabalho tem que reservar vagas em seus quadros de funcionários; as escolas e universidades públicas têm que se reestruturar para que alunos com e sem deficiências dividam as mesmas classes de aula; pessoas com deficiência estão cada vez mais presentes nos lugares de lazer consumindo cultura e outros produtos: em

espaços urbanos as barreiras arquitetônicas começam a ser eliminadas com a construção de rampas, telefones públicos, degraus e guias rebaixadas, construções de elevadores e muito mais; os empresários, atentos as novas tendências, estão criando serviços especializados a essas pessoas; até mesmo os órgãos de comunicação estão abrindo cada vez mais espaço para essa temática.

AS PRIMEIRAS INICIATIVAS

Desde o início dos anos 1990, o Brasil despertou para uma nova e importante tendência mundial: a questão que envolve "deficiência e comunicação social". Este tema começou a tomar corpo por meio de uma iniciativa do Centro de Vida Independente (CVI) do Rio de Janeiro, quando em 1991, o CVI lançou o "Mídia e Deficiência: Manual de Estilo", uma publicação baseada em dicas internacionais - sobretudo, da Espanha -, tendo uma coedição posterior (1994) com a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE. O fato deu origem a uma série de debates em congressos e mesas-redondas.

A intenção de quem está estudando e traçando metas de trabalho nesta área, de um modo geral, é desenvolver um plano para recuperar a imagem social da pessoa com deficiência também dentro dos meios de comunicação social. Muito já foi (e continua sendo) realizado para reabilitá-las no plano familiar, escolar, profissional e social; mas, considerando que os órgãos de comunicação de massa possuem tanto poder nas mãos, formando conceitos e opiniões, muito ainda temos a avançar neste campo pouco explorado, além de ser uma

"grande arma" a ser usada em nossos programas de inclusão social.

Uma vez em que o progresso mundial torna-se cada vez mais veloz, rompendo barreiras a cada dia, a mídia nos bombardeia com milhares de informações, cabendo-nos a tarefa de interpretá-las em uma rápida assimilação, pois, por exemplo, a edição de um jornal não sobrevive mais do que 24 horas. Nem sempre a quantidade corresponde à qualidade! A falta de tempo, muitas vezes, leva-nos a formar prematuramente conceitos errados sobre pessoas e situações, surgindo os 'pré-conceitos', oriundos da desinformação que, muitas vezes, levam a sociedade a subestimar a potencialidade e a capacidade das pessoas, gerando discriminação, estigmas e preconceitos. Assim, os meios de comunicação de massa surgem como uma das principais alternativas para reverter o quadro de desconhecimento sobre os impedimentos, deficiências e limitações. Abordando corretamente estas questões, criarão as condições necessárias para que a sociedade atente para o fato de que, mesmo com alguma deficiência, as pessoas podem e devem participar de processo de convivência plana.

Dentre os princípios básicos da utilização da comunicação social no campo da reabilitação, está um ponto que achamos fundamental para ser explorado: a informação! Segundo o "Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência" (Nações Unidas, 1992), parágrafo 30, *"deve-se preparar e divulgar informações, com o objetivo de melhorar a situação das pessoas deficientes. Deve-se procurar fazer com*

que todos os meios de informação pública cooperem, apresentando essas questões ao público e os próprios interessados, de forma que se fomente a compreensão das necessidades das pessoas deficientes, combatendo assim os estereótipos e preconceitos tradicionais". Isso, porque, a falta de conhecimentos exatos sobre a deficiência, suas causas, prevenção e tratamento, leva-nos a conceitos primários referente a uma classe de modo geral, incluindo a estigmatização, discriminação e ideias errôneas sobre a deficiência".

Quanto mais tivermos a circulação de informações, maiores serão as chances de eliminar as barreiras e dificuldades que impedem pessoas com deficiência conquistarem seus espaços, desde que sejam isentas do sensacionalismo e priorizando os aspectos éticos e humanísticos do homem além de suas limitações! Mas nem sempre é fácil realizar essa veiculação. No Brasil, como em qualquer outro país capitalista, os meios de comunicação de massa estão voltados ao lucro rápido, raramente abrindo espaço para as classes consideradas minorias. Assim as informações sobre pessoas com deficiências estão restritas às matérias específicas ou às publicações alternativas, embora ainda sejam muito poucas.

Mas avançar é preciso. Ou melhor, tentar é preciso! E certamente poderemos usar como base para tal tentativa, o que sugere o parágrafo 149 do PAM: *"Deve-se desenvolver pautas, em consulta com as entidades de pessoas deficientes, para estimular os meios de informação a veicularem uma imagem abrangente e exata, assim como uma representação e*

imagem equânimes sobre as deficiências e as pessoas portadoras, no rádio, no cinema, na fotografia e na imprensa. Um elemento fundamental de tais pautas seria que as pessoas deficientes tivessem condições de apresentar elas próprias os seus problemas ao público e de sugerir as formas de resolvê-los. É necessário estimular a inclusão de informação sobre a realidade das deficiências nos currículos para formação de jornalistas".

Esse parágrafo do PAM, certamente, reflete todas as nossas metas e intenções; mas algumas reflexões gostaríamos de traçar. Primeiramente, no que diz respeito a "inclusão do assunto nas escolas para jornalistas", temos alguns números que apontam para essa necessidade. Em uma pesquisa sobre a "Radiografia da Discriminação", revela algo que surpreende. No item "Deficientes Físicos", mostra que 47% da população têm preconceito contra alguém com deficiência, sendo também 45% deles são os "formadores de opiniões" (jornalistas, publicitários, etc.). Grande parte desse número poderia ser reduzido se houvesse um preparo prévio dos profissionais da informação nos bancos acadêmicos? Podemos e devemos refletir sobre isso...

Quanto ao fato de se dar voz as pessoas com deficiência, esse constitui no grande desafio dos últimos anos. Só de algum tempo pra cá, é que a pessoa com deficiência passou a ser ouvida e dizer o que é melhor para si e sua reabilitação. Então, ao iniciarmos um trabalho voltado ao campo da comunicação social, já devemos atentar para esse cuidado. *"Deve-se proporcionar às pessoas deficientes e às suas entidades igualdade de acesso, utilização, recursos suficientes e*

treinamento no que se refere à informação pública, a fim de que possam expressar-se livremente, valendo-se dos meios de informação e comunicar as suas opiniões e experiência ao público em geral" (PAM, parágrafo 154).

No PAM há inúmeros parágrafos sobre o tema "Informação e Educação do Público". Seria interessante que os envolvidos (ou aqueles que pretendem se envolver com essa nova temática), os conhecessem mais detalhadamente. (Aliás, recomendamos a todos os envolvidos nesta área – com deficiência ou não -, que conheçam o PAM em sua íntegra; tendo como principais metas a prevenção, reabilitação e igualdade de oportunidades, ele pode ser considerado o nosso principal porta-voz, visto que foi elaborado pela ONU, com intensa participação de entidades e pessoas com limitações do mundo inteiro.).

O tema "Deficiência e Comunicação Social", ainda é muito recente no Brasil. Muito ainda há para se estudar e realizar neste campo. Mas, sobretudo, já podemos dizer que se a médio longo prazo, conseguirmos conscientizar os "formadores de opiniões" (responsáveis pelo controle ideológico da sociedade), metade da batalha estará ganha. Sem se dizer ainda, que este é um novo desafio e um novo horizonte que se abre; basta apenas percorrê-lo!

AS DEFICIÊNCIAS REPRESENTADAS NA MÍDIA

A questão de como a imagem das pessoas com deficiência é veiculada pelos meios de comunicação de massa ao grande público vem ganhando atenção no Brasil, um tema muito interessante a ser desenvolvido. Sobre essa temática nos anos foram realizados alguns congressos e uma das conclusões a que se chegou foi que não adianta reabilitar física, intelectual e profissionalmente alguém se a sua imagem não for recuperada perante a sociedade para que a mesma o aceite naturalmente. Dessa forma, os meios de comunicação de massa (jornal, rádio, televisão, Internet e vídeo educativo) surgem como as principais alternativas para esse fim.

Neste momento em que se discute no Brasil as questões das pessoas com deficiência em vários ângulos, acreditamos ser de importância abrirmos aqui um parêntese para abordarmos também o problema dentro dos órgãos de comunicação. Vale acentuar que será uma breve abordagem dentro de um breve estudo, através de exemplos documentais. Pretendemos com esta exposição, apresentar uma proposta para que a mesma se enquadre e passe a integrar nossos projetos de pesquisas, visando sempre colocar as pessoas com deficiência na

sociedade de maneira natural, através dos trabalhos reabilitacionais exercidos pelas entidades brasileiras.

A IMAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL NA SOCIEDADE E NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Nas palavras de Scheaker (1989, p. 03), "*não existe uma imagem neutra de uma pessoa deficiente intelectual. Se ela não for deliberadamente construída de uma maneira positiva, as pessoas continuarão a ver os deficientes intelectuais de acordo com suas pré-concepções negativas, não importando se isto é intencional ou não*".

Potencialmente dotadas e criativas, as crianças - seja qual for a sua deficiência -, sempre tem algo a oferecer à sociedade, que os "mitos" muitas vezes acabam por reprimir ou neutralizar. A desinformação colabora para que as pessoas tenham uma ou mais dessas visões, ainda mais para quem tem uma deficiência intelectual:

- como sendo tristes e patéticas, destinadas a conduzir uma vida trágica e trazer tristezas a todos que as conhecem;
- como sendo eternas crianças, incapazes de crescerem e desenvolverem-se além da compreensão e dependência infantis;
- como "doentes" e precisando de supervisão médica;
- como "loucas", destituídas de razão ou incapazes de perceber seu ambiente;

- como anormalmente fortes, física ou sexualmente perigosas;
- como escolhidas de Deus - o que pode ser uma outra maneira de dizer que elas "não são iguais a nós".

São tipos de mitos que existiram - e ainda hoje existem - em torno dessas pessoas, como por exemplo, a Síndrome de Down. Elas foram durante décadas isoladas da sociedade, sendo muitas vezes criadas trancadas em quartos escuros. Após começarem a ser estudadas e estimuladas, romperam inúmeras barreiras e mitos desenvolvendo coisas e habilidades consideradas até impossíveis para sua condição, como por exemplo, aprender inglês. Hoje, nem mesmo a ciência se arrisca a pôr limites em suas potencialidades.

Dessa maneira, as entidades e associações que lidam com essas pessoas, devem trabalhar para apresentar uma imagem positiva a respeito delas, substituindo esses temores e preconceitos, permitindo que outras pessoas as vejam como:

- pessoas que sejam parecidas com quaisquer outras nas suas necessidades e sentidos normais, nunca diferentes;
- pessoas que podem aproveitar a vida e trazer felicidade àqueles que as conhecem;
- pessoas que, com a ajuda necessária, podem crescer em habilidades e fazer suas próprias contribuições à família e à comunidade;
- pessoas que merecem o mesmo respeito que qualquer outra pessoa humana.

Scheaker (1989, p. 10-11), oferece um bom exemplo retirado da imprensa. Trata-se de um texto que diz:

PEDRO TERÁ OITO ANOS PELO RESTO DA VIDA

Pedro têm oito anos. Mas ele não pode caminhar nem falar adequadamente. Como centenas de outras crianças, Pedro é deficiente mental profundo. Como eles, Pedro precisará de assistência carinhosa de uma equipe de profissionais treinados, pelo resto de sua vida. Ajude-nos a continuar a prestar esta assistência, enviando sua doação para:...

Para o autor, esse tipo de anúncio é negativo, pois transmite: que Pedro é uma eterna criança; ele nunca se desenvolverá; ele não manterá relacionamentos com outras pessoas e ele sempre será inútil e dependente. O anúncio correto seria:

PEDRO TEM OITO ANOS E
ESTÁ CRESCENDO RAPIDAMENTE

No ano passado, Pedro deu seu primeiro passo independente. Ele está se tornando cada vez mais livre à medida que explora sua comunidade e faz novos amigos. Pedro gosta de aprender a comunicar-se com eles.

Como outras crianças com deficiência intelectual severa, Pedro está aprendendo mais do que julgávamos ser possível alguns anos atrás.

Ajude-nos a auxiliá-lo a encontrar a assistência especializada que ele precisa para continuar crescendo – e amigos tornem válido seu esforço.

Aqui sim, o anúncio está transmitindo de forma correta que: Pedro tem deficiência intelectual severa e não é, claramente, tão capaz como outros de sua idade, mas ele está aprendendo a falar e a se comunicar; ele têm amigos; ele gosta de viver; ele pode continuar seu progresso se receber a ajuda que precisa, apresentando uma imagem realista, mas positiva.

São vários os meios utilizados para a divulgação das pessoas com deficiência, tais como pôsteres de propagandas, técnicas publicitárias e/ou tentativas de se colocar estórias no rádio, TV, jornais, revistas, boletins ou trabalhos alternativos. Porém, o principal em questão não é o meio utilizado para veicular essas mensagens, mas sim o modo pelos quais são produzidas, visando que não ocorra o repasse de preconceitos.

Essa é uma realidade não somente para técnicos (jornalistas, publicitários, etc.), como também há registros de "gafes" cometidas pelas próprias entidades.

Podemos dar uma explicação rápida. Começando pelas imagens, elas podem dizer mais do que as palavras. Temos que evitar publicações de fotos das pessoas com deficiências intelectuais ou outros tipos, tristes e patéticas, mal vestidas ou descuidadas, isoladas do mundo ou deitadas, sem fazer nada, fazendo alguma coisa estranha ou com pouca dignidade.

As palavras (termos) utilizadas também são de grande preocupação. Seja ela falada ou escrita, pode ser pejorativa, repassar ou reforçar preconceitos ou discriminação. Muitas são condenáveis, mas podemos citar como exemplos, duas: Os termos "excepcional" e "mongoloide".

A ONU, através de alguns órgãos ligados a ela, fez uma revisão nos termos utilizados em todo o mundo e chegou a seguinte conclusão: Quando a gente diz que uma pessoa é "excepcional", estamos dizendo ao mesmo tempo, que ela é uma exceção na sociedade, ou seja, que é alguém que deve ficar de fora, não podendo se integrar como as demais.

Essa classe não é formada de pessoas doentes; são apenas pessoas com alguma limitação, e mesmo com ela, podem ter uma convivência na sociedade, desde que ambos se adaptem a essa convivência. O termo mais correto é "pessoas com deficiência", podendo ser ainda mais específica como "pessoas com deficiência intelectual, ou auditiva, ou visual, múltiplas deficiências".

O mesmo ocorre em relação a quem tem a Síndrome da Down. Quando foi descoberta em 1866, pelo inglês John Langdon Down, o mesmo considerou a Síndrome como um

regresso às raças inferiores, criando assim o termo "*Mongolian Idiots*" (idiotas Mongóis). Esta expressão chegou ao Brasil e outros países como "Mongoloides". Amigos e essas próprias pessoas com a Síndrome, têm manifestado o desejo de se criar um termo que não os classifiquem como inferiores, que não seja usado nas ruas como sinônimo pejorativo de idiota total pelas pessoas consideradas normais. Assim ficou estabelecido que as expressões mais corretas são, por exemplo: "Maria tem Síndrome de Down". Ou "Beatriz é uma menina com Síndrome de Down". Ou pode-se usar também a palavra Down como um termo mais simples: "Antônio é uma criança com Down".

Às vezes, usamos termos que todo mundo usa, mas que sem sabermos, reforçam preconceitos. As palavras são expressões verbais criadas a partir de uma imagem que nossa mente constrói. E enquanto comunicadores, precisamos estar atento a isto.

Os meios de comunicação de massa surgem como uma das alternativas para se criar e transmitir uma imagem positiva dessas pessoas dentro da sociedade. Porém a coisa não é tão simples assim. Mesmo tendo poder, aqueles que produzem informações, capazes de conquistar mentes e corações, poderão muitas vezes, apresentar o material trabalhado de forma positiva por uma entidade para divulgação, de maneira distorcida para o *grande público*, transmitindo a mensagem "errada". Isto porque jornais, revistas e TVs, possuem suas próprias ideias do que são pessoas com deficiência, e como qualquer membro da população passível de erros de interpretação com relação, por exemplo, à deficiência intelectual. Isto também pode ocorrer porque repórteres, fotógrafos e editores, têm o seu orgulho profissional e querem,

muitas vezes, colocar sua própria interpretação no material que lhes é oferecido. Segundo Scheaker (1989, p. 22), "*mas, mesmo assim, existem coisas que uma associação pode fazer para ajudar os meios de comunicação a apresentarem pessoas com deficiência intelectual de uma maneira positiva. (...) Faça com que a imprensa saiba que a associação considera o que eles dizem sobre pessoas com deficiências intelectuais é importante e o porquê. Se uma história nos meios de comunicação reafirma um dos mitos negativos sobre eles (que são 'loucas' ou 'perigosas', por exemplo) ou refere-se a eles de maneira depreciativa (como chamar pessoa com Síndrome de Down de 'mongoloide'), envia-se uma carta da associação, mostrando-lhes onde estão os erros: os meios de comunicação desejam ser populares com seus leitores, ouvintes e espectadores; assim, eles, provavelmente, notarão esta reação*".

NA PUBLICIDADE

E na publicidade, qual o espaço reservado há pessoas com deficiência? Nos Estados Unidos, por exemplo, as agências de publicidade desde o início da década de 1990 já despertaram para o potencial dessas pessoas. Há peças publicitárias, tanto americanas, como europeias, nas quais elas participam como atores de propagandas para TV de marcas famosas como Mc'Donalds, Sabonetes Savory, Tênis Nike, IBM, dentre outras, não falando de deficiências ou das limitações das pessoas; falam dos produtos, sabonetes, sanduíches, etc. E a aceitação entre o público tem sido tão grande que a Associação

Americana de Paralíticos desde 1993, tem concedido um “Oscar” para a melhor publicidade desse tipo.

Mas aqui no Brasil, durante muito tempo, pessoas com deficiência ainda são personagens apenas de propagandas institucionais. E, algumas vezes, de maneira negativa. Exemplo disto, foi uma campanha realizada em 1995 pela Associação Brasileira de Reabilitação (ABBR), onde um anúncio foi veiculado em TV, jornais, rádios e revistas; nele, uma criança parálitica era mostrada andando com a ajuda de muletas sob o título *“tem gente ainda que ache difícil andar até o telefone”*. O mesmo fez, certa vez, a Associação Brasileira de Distrofia Muscular (ABDM), em um impresso de uma página inteira de revista, onde o título em tipos grandes, maiúsculos, largos em negrito dizia: *“Quem tem distrofia muscular não consegue levantar os braços. Quanto mais, dinheiro”*; era seguido por um grande texto explicando a doença e o tratamento e logotipo mostrava um boneco caído. São dois de muitos exemplos de antigas campanhas publicitárias que acentuavam mais as limitações do que as potencialidades dessas pessoas. (Talvez, eram reflexos das campanhas de saúde públicas da década de 60 do século XX, onde haviam coisas como caveiras, dedos decepados e crianças deformadas pela varíola, onde a ideia era transmitir mensagens claras e objetivas, despertando nas pessoas uma boa dose de medo, abrigoando-as a pensar sobre o assunto.)

Todavia, não podemos analisar essas campanhas publicitárias de forma plural, sendo cada caso é um caso. Nos casos onde a adequação está pertinente, mas também há casos onde acaba sendo ofensivo a quem tem uma deficiência, pelo fato da mensagem está mal feita. E, sendo ofensiva a essas

peessoas, acaba sendo ofensiva a comunidade, que mesmo sem ter deficiência, são pessoas sensíveis.

Já houve casos de propagandas dessa natureza utilizada como protesto. Em 1994, um foi veiculado na mídia impressa, tendo a foto de um garoto assombreado, sentado em uma cadeira de rodas; o fundo era preto e as letras brancas, onde o título maiúsculo em tipos grandes e fortes dizia: “*Senhor Prefeito: Eu também sou tetra*”. Assinado pela Fundação Selma, de São Paulo, o texto ao lado da foto, protestava:

O prefeito da cidade de São Paulo, Paulo Maluf, empenhou-se em uma grande causa: conseguir junto aos empresários verba para a compra de 22 automóveis Gol 1000, para presentear a seleção brasileira. Foi ótimo, mas a gente só gostaria de lembrar que existem outros brasileiros que também são tetra mesmo não tendo jogado na Copa do Mundo. São pessoas mantidas por várias instituições como a Fundação Selma, que atende dezenas desses campeões todos eles tão importantes quanto a nossa seleção. Sr. Prefeito, será que também não dava para conseguir uma verbinha para ajudar esta seleção menos privilegiada, mas não menos brasileira?

A publicidade pode contribuir principalmente em campanhas de esclarecimentos, na derrubada de preconceitos.

Talvez, o primeiro exemplo disto, ocorreu em 1980 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente -, a Central de Outdoor, em São Paulo, lançou um concurso onde concorreram 485 cartazes. O vencedor foi um onde a palavra “deficiente” era escrita bem grande, sendo a letra “d” rasgada, ficando “eficiente” e abaixo dizia: “Rasgue o seu preconceito”.

Essas campanhas publicitárias progrediram muito nos últimos anos, principalmente, por parte governamental. Tem um bom exemplo de um cartaz da campanha de vacinação, onde um rapaz sentado em uma cadeira de rodas, tendo atrás sua esposa, a direita uma filha e um bebê em seu colo; estão todos sorrindo, passando a imagem de uma família feliz, ele na posição de marido e pai, o que derruba o velho estereotipo que até pouco tempo dizia que essas pessoas são assexuadas, não podem constituir famílias e coisas dessa natureza. O título dizia: *“Paulo Lima teve pólio. Os filhos dele não vão ter”*. E o texto destacava uma vitória brasileira: *“Desde 1980, o Brasil vem vacinando todas as crianças com menos de 5 anos. O resultado é que a paralisia infantil foi varrida do nosso mapa. Agora temos que mantê-la bem longe. (...) Faça como o Paulo: Dê a vacina para quem você deu a vida”*.

Na publicidade brasileira também temos um exemplo positivo de normalidade. A psicóloga e publicitária, hoje Deputada Federal, Mara Gabrilli, causou polêmica para uns e arrancou aplausos de outros, quando em 2000, foi a primeira tetraplégica – devido um acidente de carro ocorrido em 1994 -, a posar nua no Brasil, sendo capa de setembro da revista Trip. Um ano depois, tornou-se a nova modelo da Duloren, a segunda maior fábrica de roupas íntimas do país. Maquiada e penteada durante duas horas, posou nas fotos da propaganda

em sua cadeira de rodas, vestido calcinhas e sutiãs de rendas e a campanha foi lançada nacionalmente no dia 8 de março de 2001, justamente no Dia Internacional da Mulher. Mara destacou-se em todos os meios de comunicação por ter tido tais posturas de coragens, tornando-se para muitos, com ou sem deficiência, um exemplo de bem-estar com o seu próprio corpo.

AS CADEIRAS DE RODAS

Outra questão que merece uma profunda reavaliação de conceito, é com relação às pessoas que se utilizam de cadeiras de rodas para a sua locomoção e como aparecem na mídia, reforçando um dos maiores erros de visão cometido pela sociedade, devido à falta de atenção dos profissionais de comunicação, colaborando para uma visão errônea, quando reproduzem exaustivamente a imagem da pessoa em cadeira de rodas, usando um "cobertor xadrez" sobre as pernas.

Essa imagem é transmitida historicamente, tendo como base as primeiras imagens vindas da fria Europa, onde no pós-guerra, alguns militares combatentes adquiriram deficiências e consequentemente passaram a utilizar-se de cadeiras de rodas para sua locomoção. Nos países europeus o clima gelado é constante na maior parte do ano e, uma vez que a pessoa na cadeira de roda tem pouca circulação sanguínea nas pernas, tendo uma sensibilidade ao frio ainda maior, justifica-se o uso desses cobertores.

Mas no Brasil, um país tropical e praticamente quente durante todo o ano, nada justifica que continue a utilização do

"cobertor xadrez" sobre as pernas dessas pessoas, o que também pode significar uma conotação negativa da intenção de esconder a parte paralisada do corpo. Essa imagem reproduzida sem qualquer critério ou avaliação, é constante na mídia, nas telenovelas, em peças de teatros, cinemas e em campanhas de utilidade pública que ainda não desenvolveram uma percepção crítica em relação a este estereótipo que reforça, principalmente em países quentes como o Brasil, a ideia de vergonha do corpo, deformação, feiúra e depressão.

Outro erro cometido, é com relação às expressões que usam ao se referir a essas pessoas. Expressões como "condenados", "confinados", "presos" à uma cadeira de rodas. Elas refletem totalmente o contrário do verdadeiro significado de uma cadeira de rodas, sendo um instrumento para suprir a dificuldade de locomoção de seu usuário, tornando-se um instrumento para a sua independência, para sua libertação, para a vida! Por isso, além da necessidade de se acabar com a estereotipada imagem do "cobertor xadrez", é necessário trocar essas ultrapassadas expressões para "pessoas que se utilizam de cadeiras de rodas para sua locomoção" ou simplesmente "usuários de cadeiras de rodas", ou a mais comum hoje em dia, "cadeirantes".

Trata-se de uma questão tão delicada, que levou Resende, Santana e Silva (1999, p. 07), a fazerem tal reflexão em um artigo na imprensa:

Esta é uma discussão necessária para que se possa diferenciar a cadeira de rodas do usuário, enxergando que eles não formam um. A cadeira de rodas é, apesar da relação de carinho que as

... pessoas têm com ela, apenas um instrumento facilitador das atividades de vida independente. Essa forma de associação do instrumento com a pessoa foi percebida na coluna “Autópsia da Insensatez”, publicada em 20/06/99, por Gilberto Dimenstein, no jornal Folha de São Paulo. Neste espaço da mídia, encontramos, o que no nosso modo de enxergar é um equívoco: *“...Ninguém vai encontrar alegria, muito menos liberdade, num velório ou cadeira de rodas”*. Perder um ente querido não é a mesma coisa que ter alguém da família vivo e com liberdade de andar em cadeira de rodas. Entretanto, não é com ameaças desconectadas da realidade que se educa uma pessoa que não sabe a diferença entre um motorista e um piloto de corrida. (...)

Certamente Gilberto Dimenstein desconhecia a realidade das pessoas com deficiência física, pois fundiu sofrimento, cadeira de rodas e a pessoa que a utiliza, distorcendo a realidade para exemplificar negativamente uma situação.

NA TELEVISÃO

Nas produções da televisão brasileira têm surgido várias aberturas para a questão da pessoa com deficiência. Uma das primeiras foi a telenovela *“Uma história de amor”*, escrita por Manoel Carlos, Rede Globo, 1996. Dando atenção especial ao

personagem Assunção, com deficiência física, usuário de cadeira de rodas interpretado pelo ator Nuno Leal Maia, o projeto recebeu boas críticas vindas de entidades da classe, os quais enviavam centenas de cartas pedindo que o personagem não voltasse a andar no final para não fugir da sua realidade tão bem construída.

Nuno, que até então não havia interpretado personagens dessa natureza, não decepcionou, demonstrando intimidade com a cadeira de rodas. Em sua preparação, o ator levou alguns “esperados” tombos, que até então em sua vida pessoal só havia tido contatos superficiais com pessoas com deficiência. Encenar para ele um personagem paraplégico foi para uma experiência nova, segundo declarou em uma entrevista na época: *“Eu passei a prestar mais atenção aos deficientes e nas dificuldades que eles enfrentam no seu dia a dia. Como se não bastasse, o texto de Manoel Carlos vai muito à ferida, dando margem ao ator se emocionar”*.

Outro grande momento em que uma pessoa com deficiência marcou presença na telenovela brasileira foi em *“Mapa da Mina”*, escrita por Cassiano Gabus Mendes, levando para todo o Brasil, em 1993, a imagem de Luiz Felipe Badin, um ator com síndrome de Down no papel de um *oficce-boy* de uma empresa, dando uma *cutucada* em muitos profissionais de saúde, no sentido de alertá-lo sobre a singularidade de ser humano.

As telenovelas, assim como outras produções da teledramatúrgia, também podem se revelar como grandes aliadas contra o preconceito, se abrirem novos espaços para que se desenvolvam personagens devidamente construídos nas

representações de bons atores. A televisão tem uma grande capacidade de construir e destruir mitos!

Todavia, pedimos um parêntese em nossa exposição para traçarmos algumas considerações teóricas e históricas. O problema da pessoa com deficiência como *personagem* de cinema ou televisão, esbarra-se na construção do *roteiro*, onde um personagem não tem que ser *real*, mas sim, *verossímil*. Esse Realismo é uma linguagem estética centrada no real, construída a partir dos objetivos e seres que compõem o mundo concreto, mas não é a realidade concreta, mas sim uma invenção que nos dá a ilusão do real.

O que podemos tirar desse conceito de real e verossímil, é o seguinte: Os roteiristas e diretores, ou mesmos os atores, quando criam suas produções, preocupam-se com a verossimilidade - e algumas vezes com o sucesso e audiência - e quase nunca faziam uma pesquisa mais profunda do que realmente é uma pessoa (futuro personagem) com qualquer tipo de deficiência. Utilizavam-se de velhos conceitos que envolviam a imagem negativa dessas pessoas, ou qualquer outro grupo marginalizado e estereotipado no contexto social, reforçando os preconceitos do grande público.

A falta de maiores estudos e elaborações, são tipos de cuidados que sempre passavam despercebidos nas culturas de massa. Prova da capacidade televisiva, foi uma campanha do cantor Roberto Carlos, no Natal de 1991, na Rede Globo. A campanha teve como tema “*A criança e o idoso brasileiro*”. Durante toda a tarde entre outras atrações, mostraram reportagens sobre os problemas e saídas para os mesmos. Mas o ponto chave desse evento que nos interessa aqui no presente trabalho, foi a divulgação do “*Exame do pezinho*”, o qual é

realizado em recém-nascido entre 0 à 30 dias de vida para se detectar doença, evitando retardamento mental na criança.

Tendo como tônica “prevenir também é uma forma de amar”, a Rede Globo em convênio com as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de todo o Brasil, montaram pontos de exames em todas as capitais do país. Nesses pontos, artistas, atletas e personalidades falavam ao vivo com Roberto Carlos que, do palco do Rio de Janeiro, comandava a campanha. E, mostrando reportagens e entrevistas com especialistas, inúmeras mães foram informadas naquela tarde sobre a existência do exame, como é feito, sua importância e os problemas que ele pode evitar. E assim o objetivo foi alcançado: Divulgar que a partir de 1992, o exame do pezinho seria realizado em todos os hospitais e postos de saúde do Brasil e, se levado a sério, diminuiria a excepcionalidade no país.

Outro ponto interessante do Especial Roberto Carlos, foi a reexibição de alguns comerciais da UNICEF. Eram vídeos mostrando a realidade, problemas e violência contra crianças no Brasil, mostrando estatísticas em uma linguagem bem clara e direta, onde no final aparecia a seguinte indagação: “Que esperança podemos dar a essas crianças?” Esses filmes eram bem elaborados e adequados para nossa época. Infelizmente, eles ficaram pouco tempo no ar.

Mas a televisão também tinha os seus exemplos negativos, reforçando mitos e preconceitos. Certa vez, por exemplo, o programa dominical da Rede Globo, Fantástico, mostrou a reportagem de uma moça tetraplégica pulando com o seu instrutor de paraquedas. Durante a exibição das imagens do salto, sinônimo de liberdade, o repórter, em uma

contradição, afirmava em cima da cena que ela era “uma prisioneira de sua cadeira de rodas”. No extinto programa Fanzine (TV-Cultura, 23/09/92), apresentado por Marcelo Rubens Paiva, debateu o uso da cadeira de rodas. Porém, o VHS exibido mostrou cenas negativas de um hospital, merecendo protesto dos convidados e do próprio apresentador do programa. No telejornal SP-JÁ (Rede Globo, 08/06/92), durante uma reportagem da visita da atriz Shirley Maklen ao Brasil, no final o âncora comentou: “A atriz recebeu flores e um quadro pintado por uma deficiente física”, o que ao nosso ponto de vista, colocou/destacou a deficiência acima da própria obra de arte. São todos os detalhes negativos que começaram a ser percebidos e corrigidos pelos meios de comunicação de massa.

COMO CONTRIBUIR

Por um lado, os meios de comunicações de massa podem trazer prejuízos psíquicos para as próprias pessoas com algum tipo de deficiência, quando a mídia veicula muito o estereótipo da mulher e do homem "modelo", muitas pessoas se sentem desencaixadas desse estereótipo e acabam se fechando num mundinho muito particular com medo de expor-se e não sentir-se aceito. Mas a principal questão em pauta, é como a imagem da própria pessoa com deficiência é repassada pela mídia ao grande público? Deve-se inicialmente evitar a valorização excessiva de deficiência. Superestimar ou subestimar o indivíduo, baseando-se apenas no que denota sua deficiência, não reforçando estigmas, estereótipos e preconceitos. Deve-se considerar a pessoa com deficiência

apenas como pessoas, com direitos e deveres iguais aos dos demais cidadãos.

Algumas vezes, os profissionais de comunicação não têm consciência de seu papel. Muitas vezes, eles esquecem que trabalham com o discurso e, portanto, com os signos e símbolos que trazem embutidos conceitos, imaginários e, por extensão, ideologias. Não entender estes mecanismos, leva o profissional a reforçar preconceitos e estereótipos. Mas isto não podem ser tomado como regra para todos. Os comunicadores – salvo alguns – sempre são profissionais livres de preconceitos e, quando os cometem, é por falta de informação, pois, bem informados, proíbem-se de ter preconceitos. E poderemos colaborar em mão dupla, tanto na identificação de estereótipos e estigmas em mensagens veiculadas, quanto no treinamento desses profissionais para que aprimorem as suas consciências.

Poderemos colaborar com as entidades *DE* e/ou *PARA* pessoas com deficiências a organizar a educação da comunidade através de programas de comunicação de massa. Uma forma de intermediar isto, será convidar os profissionais da imprensa para conhecer esse seguimento de pessoas, seus setores e atividades. Só que antes terão que preparar o terreno, cujas recomendações são de Scheaker (1989, p. 21-22):

- Conheça a pessoa-chave que será responsável pela matéria que você oferece. Ela pode ser o editor de um jornal ou rádio local ou, em cidades grandes, um repórter que tem como dever trabalhar em questões de "bem-estar social";

- Se possível, marque um encontro com esta pessoa, para descobrir que tipo de material o interessaria e como eles gostariam de apresentá-lo;
- Convide-os a visitarem o serviço ou programa de seu setor para conhecerem alguns membros e os pacientes envolvidos, numa ocasião social informal. Lembre-se que pessoas da imprensa são também membros do público e talvez precisem de alguma ajuda para seus próprios temores, ignorância e embaraço;
- Não espere que eles consigam lidar com isso sozinhos;
- Quando você tiver uma boa matéria para oferecer aos meios de comunicação, tente pensar antes como você gostaria de vê-la apresentada e se criará uma impressão positiva de seus pacientes;
- Lembre-se que há também outras mensagens positivas a serem transmitidas, como exemplos de cooperação com grupos da comunidade e atividade, as quais são apreciadas por todos;
- Lembre-se de enfatizar aspectos positivos da vida dos pacientes em ambientes diversos, pode dar uma visão mais equilibrada e otimista;

- Quando um repórter e/ou fotógrafo vier visitar o seu setor, ou conhecer o seu projeto, pense que talvez eles não sejam pessoas que já passaram por algum trabalho educativo ou científico. Lembre-se que a educação e atenção deve acontecer a todo tempo, pois cada novo membro da imprensa, possivelmente, precisará de ajuda para entender a imagem e conceito que você está tentando transmitir;
- Lembre-se, também, que eles têm seu orgulho profissional e não gostam que se lhes diga o que têm de fazer. Seja moderado, persuasivo e explique suas preocupações;
- Lembre-se que o "feedback" é importante. Uma carta de apreciação, quando a matéria saiu bem, ajudará a manter um clima positivo para a próxima, além de reforçar o bom relacionamento;
- Mas se a matéria saiu "ruim", tente achar pelo menos uma coisa boa para dizer sobre ela, antes de reclamar. Os membros da imprensa são pessoas também com direito de erros e acertos.

Está aqui portanto, um novo campo que poderá ser explorado: as pessoas com deficiências e a eliminação de seus estereótipos e estigmas repassados socialmente via mídia.

AOS PROFISSIONAIS DO MUNDO DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS

Um grupo cada vez mais vem tomando frente no cenário brasileiro e conquistando espaço na mídia em geral. São as pessoas com deficiência, que após muitas décadas vivendo na tutela, nos anos 80 começaram a se descobrir e se reunirem em grandes movimentos para conquistar a sua cidadania e hoje é muito forte a sua participação política, pois sabem o que desejam, necessita e como conseguir. Dotadas de inúmeras potencialidades e necessidades como as demais pessoas, muitas conquistas já obtiveram, visando uma vida normalizada. Acusadas de ser uma minoria, a realidade não é bem assim, pois já são quase 47 milhões só no Brasil. Ainda se levarmos em consideração os parentes, amigos e profissionais que trabalham com eles, 25%, ou seja, um quarto da população - direta ou indiretamente está envolvida com este tema.

Após anos de luta procurando normalização para que sejam vistos como cidadãos comuns no convívio social - escola, trabalho, lazer, dentre outros segmentos -, nos anos 90

começou-se a sentir uma necessidade de desenvolver um trabalho de conscientização dos profissionais dos meios de comunicação, acreditando que os mesmos também podem ajudar nesse processo de construção da cidadania e da participação plena na Inclusão Social.

Durante toda a nossa vida, sempre ouvimos o velho ditado que *uma imagem vale mais que mil palavras*. Algo mais expressivo, de infinita fidelidade aos fatos. Mais confiável até mesmo ao nosso discurso. Afinal, porém a formação de imagem e conceito sobre um determinado segmento precisa de argumentos para sua concretização. Nem sempre os dados que temos em nosso íntimo, ou que nos são oferecidos pelo contexto social, nos permitem formar opiniões e imagens reais de alguma coisa, ou de alguém. Equivale dizer ainda, que há, pelo menos, duas formas de formação de imagem: *imagem visual* (que registramos diante dos nossos olhos) e a *imagem imaginária* (aquela que construímos dentro de nossas mentes, fruto dos dados que nos são oferecidos no dia-a-dia).

Por esse motivo, a questão de como a imagem da pessoa com deficiência é veiculada pelos meios de comunicação de massa ao grande público vem ganhando atenção no Brasil. Sobre essa temática foram realizados alguns congressos nos anos 90 e uma das conclusões a que se chegou foi que não adianta reabilitar o indivíduo física, intelectual e profissionalmente se a sua imagem não for recuperada perante a sociedade para que a mesma o aceite naturalmente. Dessa forma, os meios de comunicação de massa (jornal, rádio,

televisão, Internet e vídeo educativo) surgem como as principais alternativas para a consecução desse fim.

Hoje, mais e mais jornalistas e meios de comunicação estão falando do tema *deficiência*. Mas como a maioria dos segmentos, esses profissionais correm contra o relógio, tendo milhares de informações para interpretar em rápidas assimilações. Visto que a edição de um jornal não sobrevive mais que 24 horas, nem sempre essa quantidade corresponde à qualidade. A falta de tempo para se apurar os detalhes de uma matéria, muitas vezes, leva os leitores a formar prematuramente conceitos errados sobre pessoas e situações. Segundo o "Mídia e Deficiência: Manual de Estilo" (1994, 2.a edição), *"é quando nos deparamos com os 'pré-conceitos', oriundos da desinformação, que muitas vezes levam a sociedade a subestimar as potencialidades e capacidades das pessoas, gerando discriminação, estigmas e preconceitos"*.

Entre vários documentos e estudos internacionais, o parágrafo 149, do Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas, sugere com relação à informação e educação do público: *"Devem-se desenvolver pautas, em consultas com as entidades de pessoas deficientes, para estimular os meios de informações a veicularem uma imagem abrangente e exata, assim como uma representação e imagem equânimes sobre as deficiências e as pessoas portadoras, no rádio, no cinema, na fotografia e na imprensa. Um fundamental de tais pautas seria que as pessoas deficientes tivessem condições de apresentar elas próprias os seus problemas ao público e de sugerir as formas de resolvê-los(...)"*.

Sabemos que os profissionais de comunicação são pessoas que constantemente estão procurando se aperfeiçoar em nível técnico e conhecimentos para melhor qualidade de suas produções. Visto que muito pouco material há no Brasil para orientá-los ao escrever ou fazer imagens de maneira certa das pessoas com deficiência.

A preocupação pela qualidade de imagem da pessoa com deficiência é uma questão mundial, principalmente nos Estados Unidos e em países europeus. Durante o "II Seminário sobre Discapacidad e Información", realizado pela Real Patronato de Prevención y Atención a Personas con Minusvalía, nos dias 16 e 17 de novembro de 1987, Madri-Espanha, foram elaboradas, dentre outros documentos, dez propostas para que os meios de comunicação veiculem imagens normalizadas dessas pessoas, publicadas em "Discapacidad y Medios de Información: Pautas de Estilo". Essas recomendações começaram a correr o mundo, sendo amplamente divulgadas.

No Brasil, elas foram apresentadas pela primeira vez no início da década de 1990, no "Mídia e Deficiência: Manual de Estilo", lançado pelo Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro-CVI/RJ, mais tarde, em uma coedição com a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE. Passados alguns anos, vamos relembra-las aqui com base no documento original da Real Patronato e do CVI/RJ.

1 - MOSTRE O LADO POSITIVO DA DEFICIÊNCIA

Muitos nos dias de hoje, focalizam em primeiro lugar as limitações e dificuldades de alguém com deficiência. A própria população ao ver uma delas, inicialmente tem a associação de ideias daquilo que aquela pessoa não é capaz de fazer. Por isso, a proposta deste primeiro item, é para que foquem a informação de produções jornalísticas ou publicitárias na **capacidade** da pessoa, conduzindo a entrevista nos êxitos e nas qualidades humanas, evitando enfoques desnecessários ou prolongados sobre aparelhos ortopédicos (cadeiras de rodas, muletas, bengalas...). Também podemos evitar mencionar a deficiência em uma reportagem informativa de origem normal, como por exemplo: *"O diretor da escola municipal, João de Souza, 34, portador de deficiência física, anunciou ontem o início do ano letivo"*. Essa citação não tem nada haver com história que estamos escrevendo, sendo que a frase poderá ser simplesmente assim: *"O diretor da escola municipal, João de Souza, 34, anunciou ontem o início do ano letivo"*.

2 - DÊ ATENÇÃO ÀS SOLUÇÕES

Uma vez que esses profissionais atuam no mundo das comunicações, sabem melhor do que ninguém como é limitado em jornais, rádios e televisão, tendo que disputar com outras matérias e profissionais. Então, nada mais justo que ocupar esse espaço com temas úteis e de interesse público, veiculando matérias de prevenção e tratamento de enfermidades que

podem se converter em deficiência. Importante ainda, divulgar serviços disponíveis, recursos de tratamentos, lazer e participação no contexto social de interesse a quem tem deficiência, seus familiares e amigos. Serão informações que poderão ser veiculadas, por exemplo, em campanhas de utilidade pública.

3 - PERMITA QUE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FALEM POR SI MESMA

Está aqui um erro cometido constantemente. Quantas vezes assistimos os jornalistas chegarem a entidades e instituições para produzir suas matérias e só entrevistaram diretores e especialistas, nem se quer olham para o lado das pessoas com deficiência. Ou em entrevistas coletivas onde estão ambas as partes, as perguntas quase nunca são dirigidas a quem têm limitações. Recomenda-se sempre que possível, *permita as com deficiência, inclusive a intelectual, falem por sim mesma*. Sempre que forem produzir matérias nesta área, consulte pessoas com deficiência e suas entidades representativas.

4 - USE O TERMO "PESSOA COM DEFICIÊNCIA"

Os termos utilizados para representar ou descrever as pessoas com deficiência são uma de nossas principais preocupação. A maneira como organizamos as palavras, podem gerar sentidos duplos sendo mensagens positivas ou negativas. Segundo o

"Mídia e Deficiência: Manual de Estilo", considerando que as pessoas não são circunstâncias, evitemos rotulá-las com *"os deficientes, os epiléticos, os poliomelícos, dentre outros"*, substituindo para *"gente (pessoa) que tem deficiência (epilepsia, paralisia cerebral, sequela de pólio, dentre outras"*. Evitemos também, frases que possam rebaixar estas pessoas.

5 - EVITE A IMAGEM DE GUETO

Geralmente, essas pessoas aparecem em abordagens específicas sobre deficiência; mas sempre que possível, apresente-as como parte integrante da população em geral, o que pode ser feito em situações de inclusão social com outras pessoas de sua idade e comunidade, cidadãos colaborando e produzindo. Podem ser focalizadas como figurantes e em papéis secundários, o que vale lembrar aquela dica anterior de evitar descrições desnecessárias, além de não centralizar a atenção em suas deficiências. Uma boa forma de apresentá-las em situações comuns, é mostrar empregadores e empregados com deficiência, trabalhando também em cargos e/ou funções consideradas incomuns a essas pessoas. Muito importante evitar citas as diferenças entre as pessoas, o que poderá agrupá-las em guetos e atitudes segregacionistas, tais como *"fulano é uma delas"*; pelo contrário, podemos nos beneficiar e enriquecer nossas produções com atitudes inclusivas, tais como *"fulano é um de nós"*. O próprio documento do CVI/RJ recomenda: *"Inclua estas pessoas na publicidade, já que o número delas está em torno de 47 milhões, sem contar seus*

familiares e amigos que comem, vestem, compram e consomem os produtos anunciados"

6 - CUIDADO COM OS MITOS

Os mitos em torno da pessoa com deficiência são antigos, transmitidos culturalmente entre as gerações. Estereotipadas como *peças eternamente independentes, vivem em estado lastimoso, perigosas, assexuadas, não agradáveis ao convívio social, dotadas de alguma habilidade especial causada como compensação da deficiência*, entre tantos outros mitos. Mas qualquer pessoa hoje com o mínimo de informação, ao ver tantos acontecimentos, conquistas e o forte movimento dessa classe, sabe que essas velhas visões não condizem com a realidade; assim, os jornalistas também sabem disso, embora sejam pessoas comuns e recebem como base a mesma formação cultural que as demais. Por isso, precisamos tomar cuidado com os mitos, saber evitá-los, sempre mostrando as pessoas com deficiência *em situações e atitudes que não exagerem nem suas aptidões nem suas limitações*; Lembre-se, que são pessoas normais como você; nem coitadinho, nem super-herói!!!

7 - NÃO CARREGUE NAS TINTAS

Não existe nada mais chato para uma pessoa com deficiência, quando ela é insistente chamada como exemplo de força de

vontade, exemplo de luta e coisas desse gênero; mesmo porque, ela é uma pessoa desempenhando o seu trabalho como outra qualquer, sendo que a única diferença é que ela tem uma deficiência, o que não lhe faz diferente, melhor ou pior que ninguém!!! Quando forem produzir matérias sobre essas pessoas, focalizem sempre os êxitos e dificuldades, sem contudo, insistir na questão de serem pessoas com deficiência. Não é necessário - até mesmo evitável - exagerar na carga emocional dos fatos, retirando toda a pieguice e sensacionalismo que o tema e a abordagem podem suscitar. Evitem expressões como "valente, corajoso, inspirado", pois elas não trazem e nem retiram atributos da personalidade dessas ou de qualquer outra pessoa; é perigoso também as falsas comparações visando minimizar as *"marcas da deficiência"*, pois estaremos correndo o risco de produzir outros *errôneos conceitos e falsas imagens mais profundas dessas pessoas das quais a população já mantém falsos mitos. Substituímos ainda, palavras como "simpatia, amor ao próximo, caridade", por "respeito, aceitação, solidariedade, reconhecimento (de sua capacidade)*. Para isso, o documento internacional recomenda novamente, que em notícias e nos documentários só destacar se a pessoa tem uma deficiência se tiver haver com o assunto. Isso não significa que devemos ocultar o fato, mas sim, enxergar e valorizar o indivíduo como pessoa, que realmente o é!

8 - VEJA TODOS OS LADOS DA QUESTÃO

Por várias vezes aqui já recomendamos mostrar as pessoas com deficiência de forma normalizada e em situações comuns do dia-a-dia. Isso significa apresentá-la com sua identidade total, experimentando a dor, o prazer, o desejo e as demais coisas que qualquer pessoa experimentam. Todos nós somos dotados de *sentimentos que derivam de atitudes criativas, de trabalho, paternidade, sexo, educação e participação na comunidade*. Por isso, não podemos deixar de lado a realidade que essas pessoas também são dotadas de potencialidades e fragilidades que as demais.

9 - PREFIRA INFORMAÇÃO NORMALIZADORA

Isso poderá ser feito focalizando as pessoas com deficiência, incluindo as intelectuais, em situações sociais e físicas comuns a toda comunidade, tais como, trabalhando, praticando lazer, indo à escola, cinemas, shopping center, fazendo compras, em lanchonetes e restaurantes, passeios ao ar livre, namorando... Desenvolvendo atividades da vida diária, vestindo-se sozinha, preparando refeições, cuidando da casa e dos filhos, dentre outras.

10 - VEICULE INFORMAÇÃO ACESSÍVEL E PERMITA O ACESSO DAS PESSOAS À INFORMAÇÃO

Por fim, o "Mídia e Deficiência: Manual de Estilo", recomenda: *"Leve em conta a curiosidade natural e a eventual posição embaraçosa que pode se produzir em situações sociais que incluem pessoas com deficiência. Quando for apropriado, ofereça exemplos sem que, de forma positiva, esta curiosidade seja satisfeita e que se possa superar a situação embaraçosa".*

UNIDADE II

A HISTÓRIA DA IMPRENSA ALTERNATIVA VOLTADA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

O PIONEIRISMO DO JORNAL “DESAFIO DE HOJE”

Meios de Comunicação Alternativos são uma forma que setores populares, conjunto de classes e as camadas sociais menos favorecidas, encontraram (ou encontram) em certos momentos históricos, como instrumentos para mudar progressivamente a sociedade, criando novas condições propícias para tais mudanças. E na área da deficiência, temos pelos menos, dois registros. A história da imprensa alternativa no Brasil, voltada às questões que envolvem as pessoas com deficiência, teve seu início no ano de 1981, com o surgimento do jornal carioca “Desafio de Hoje”, primeiro trabalho totalmente jornalístico. O projeto concretizou-se logo após um acidente sofrido por Maria Therezinha C. L. de Oliveira, jornalista e diretora-responsável do jornal. O primeiro número circulou no Congresso da Cruz Vermelha, realizado no Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1981. "Nasceu quase artesanalmente, sem um modelo para se espelhar; porém, com coragem e muita disposição de trabalho, num país onde nunca antes se havia pensado numa imprensa especializada voltada para a pessoa deficiente"¹. Dentre seus muitos objetivos, o primeiro e firme era o ideal de conscientizar a população para os problemas que atingem as pessoas com as mais variadas deficiências no Brasil.

O “Desafio de Hoje” teve uma história longa, com muitas conquistas e realizações. Nessa lista destaca-se o momento que

o jornal ganhou o campo internacional. Devido ao apoio de Centros de Reabilitações portuguesas, do Secretariado Nacional de Lisboa e da TAP, a publicação brasileira começou a circular em Portugal em julho de 1983, mantendo-se por lá durante dois anos. "Esse esforço de expandir o trabalho e os horizontes do jornal resultou num intercâmbio de projetos técnicos e práticos nos campos da prevenção, educação especial e integração social das pessoas com deficiência nos dois países"¹⁴. Na mesma época, suas edições foram gravadas em fitas cassetes, tornando-se o único jornal daquele país dirigido aos deficientes visuais. A iniciativa inédita contou com o apoio da Sonovox e da Biblioteca do Porto, em Portugal.

O jornal foi o primeiro órgão de imprensa brasileiro a se deslocar até o exterior para cobrir eventos envolvendo a temática. "Em 1984, DH partiu ativamente do XV Congresso Mundial da 'Rehabilitation International', realizado em Lisboa, divulgando no Brasil, posteriormente, os trabalhos apresentados, como por exemplo, o Programa Educacional "A Turma de Barro", que tem como objetivo conscientizar as crianças não deficientes, para que facilitem a integração das crianças portadoras de deficiências à sociedade"¹⁴.

No contexto de suas realizações, a equipe do DH criou o Destaque 86, em comemorativo ao seu 5º aniversário. Pela primeira vez no Brasil, em outubro de 1986, foi realizada a outorga de diplomas de Menção Honrosa e Placas de Prata a pessoas e entidades que haviam se destacado na causa da luta pelos direitos das pessoas com deficiência. A comissão que escolheu os premiados foi composta por pessoas renomadas. "Centenas de pessoas, vindas de vários Estados brasileiros, compareceram à cerimônia, entre as quais portadores de

deficiências e seus familiares, autoridades governamentais, médicos, empresários, professores de educação especial e representantes de diversas entidades e associações da área"².

Em 1983, o jornal lançou o projeto CONSBRA (Conscientizando o Brasil), procurando conscientizar a sociedade sobre as questões das deficiências através da promoção de debates, mesas-redondas e palestras com temas atuais de maior importância, sempre com a participação de especialistas no assunto.

Toda a repercussão alcançado pelo “Desafio de Hoje”, resultou em 14 Moções de Aplausos de várias Assembleias Legislativas estaduais e municipais, diplomas e medalhas. Em várias ocasiões, o jornal contou com o apoio da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), que considerava o trabalho pioneiro e de maior importância. Sua redação recebia cada vez mais, milhares de correspondências vindas de todo o país e do exterior.

CONTEÚDO E OBJETIVO

O “Desafio de Hoje” tinha uma estrutura totalmente jornalística. Suas páginas (uma média de 12 por edição), traziam reportagens mostrando as barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam em seu dia-a-dia, matérias revelando exemplos de coragem e otimismo, entrevistas com essas pessoas e especialistas da área, procurando encontrar possíveis soluções, foram alguns de seus objetivos durante seus anos de existência. Havia também matérias preventivas, procurando sensibilizar o governo e os empresários para a necessidade de proporcionar a essa classe melhores condições

de vida e o alargamento do mercado de trabalho, mostrando o lado positivo das deficiências, dando ênfase às capacidades da pessoa e nunca às suas limitações.

A prevenção era o maior objetivo do “Desafio de Hoje”. Através de veiculação de informações corretas, da promoção de campanhas públicas e de uma elucidação bem conduzida de dúvidas gerais, muitas doenças e acidentes, tanto de trânsito como de trabalho, responsáveis por um grande número de deficiências, podem ser evitados. Conscientizar o governo e a população sobre as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas pessoas portadoras de deficiência; combater o preconceito - que, via de regra, é resultado da desinformação - e divulgar os serviços disponíveis para pessoas com deficiência e seus familiares, informando-os, ainda, sobre novas técnicas e pesquisas científicas são também alguns dos principais objetivos do jornal².

O objetivo do jornal começava logo pela primeira página. A palavra "Desafio" aparecia em destaque num negrito desenhado, e o "De Hoje", num tipo menor em branco, alinhado a direita na linha das informações adicionais (ano, número, local de publicação, mês). Era um tipo de título moderno para, refletindo o cenário contemporâneo.

Ainda na primeira página, eram impressas as manchetes e conteúdo da edição. Sem qualquer tensionalíssimo, os tipos eram com faces leves e finos. Abaixo dos títulos, geralmente havia um olho (resumo do texto e seu significado), seguido pelo número da página que encontrava-se. Na página de rosto do jornal, fotos ou ilustração com textos-legendas referente ao assunto.

Mas, às vezes, fugia-se à regra, como por exemplo, a edição de dezembro de 1991, quando foram publicadas as seguintes manchetes:

- *CRIANÇAS EXCEPCIONAIS FINALMENTE INTEGRADAS NO ENSINO REGULAR*
- *EMPRESAS BRASILEIRAS CUMPREM A LEI E CONTRATAM DEFICIENTES*
- *INAUGURADA A MILIONÉSIMA BIBLIOTECA EM BRAILLE*
- *HANSENÍASE FOI ERRADICADA DO PAÍS*
- *PROGRAMAS DE TV PROPORCIONAM LAZER E INFORMAÇÃO AOS SURDOS*

E no centro da página havia um quadro negro com a figura de uma pomba branca com um ramo no bico e letras formando a seguinte mensagem (também em branco): "*Estas são as manchetes que o "Desafio de Hoje" gostaria de publicar neste Natal. Que o sonho se torne realidade em breve: integrar deficientes num ideal de Paz, Fraternidade e Igualdade*"

Na segunda página, a primeira coluna ocupava-se inteiramente com o expediente. No cabeçalho, o logotipo do jornal, o nome da ideizadora Diana Mendes Pimentel Soh, a diretora-responsável Maria Therezinha C. L. de Oliveira e da editora Bárbara Heliadora C. L. de Oliveira. Visando garantir o sério e bom conteúdo do "Desafio de Hoje", o jornal conta com uma consultoria, cujos nomes também estavam no Expediente nas seguintes áreas: fisioterapia, oftalmologia, psiquiatria infantil, otorrinolaringologia, genética, geriatria, obstetrícia, endocrinologia, psiquiatria, neurologia pediátrica, homeopatia, fonoaudiologia, educação especial, reabilitação, esportes e

consultoria jurídica. Havia outras informações básicas (diagramação e secretaria gráfica, nome e endereço da empresa jornalísticas) e o tradicional "DH não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas".

Acima na segunda página, ficava o Editorial. Com um tipo de letra maior que as demais, ele se destacava, geralmente dividido em duas colunas. Seu conteúdo não representava somente a opinião do jornal, como também, o principal foco de conscientização do veículo. Eram textos bem elaborados e diretos, como este trecho:

Falar de evolução para as questões referentes às pessoas portadoras de deficiências, por mais específico que seja o tema, significa falar das condições de vida da população brasileira em geral, motivo pelo qual é fundamental enfatizar a necessidade de salários mais dignos, condições de habitação e de saneamento adequadas, alimentação e transportes acessíveis, empregos, etc.

Da mesma forma, lutar por melhores condições de vida para o deficiente e por sua reabilitação específica é lutar também, paralelamente, pela reabilitação social do nosso povo, tendo sempre em mente o Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que afirma: "Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar".

Um dos mais básicos direitos de todo ser humano - o direito de ir e vir - é permanentemente negado às

peessoas portadores de deficiências físicas no Brasil. O número que não têm mais condições de caminhar e utiliza cadeira de rodas aumenta constantemente. Entretanto, em vez de serem criadas condições para que essas pessoas possam se locomover livremente, a cada dia mais e mais obstáculos arquitetônicos surgem em nossas cidades: escadas inúteis, ausência de rampas de acesso, portas estreitas e tantas outras barreiras que só servem para dificultar a vida dos deficientes.

Perder a mobilidade das pernas pode acontecer a qualquer momento. Em relação ao transporte, caso fosse você atingido, como chegaria ao seu local de trabalho, ao banco, ao correio, igreja, às lojas e aos supermercados para as compras diárias.

(...)

Os portadores de deficiências precisam ser ouvidos e ter poder de decisão. Necessitam que a sociedade os entenda e que com eles solidarize. Precisam participar da construção do próprio destino, através da elaboração e fiscalização das leis que garantem seus direitos e estabelecem seus deveres. E os meios de comunicação têm a obrigação de abrir espaço para as informações necessárias a esse esforço de integração.

A pessoa portadora de deficiência não precisam de piedade; precisa, sim, de respeito e solidariedade. Aliás, como todos os outros seres humanos, que a despeito de seus pontos fracos e de suas diferenças,

*se igualam em essência e, embora poucas vezes de fato reconheçam, estão muito longe da perfeição.*³

Ainda na segunda página, havia a seção "Cartas", onde eram publicadas correspondências de leitores de todas as regiões do país. Seus textos cumprimentavam o jornal, falavam e opinavam sobre matérias publicadas, pedidos de assinaturas, agradecimentos e outras manifestações. As cartas trazem o nome de seus autores e algumas vezes os seus endereços.

A terceira página, dedicada totalmente a matérias jornalísticas, muitas vezes, a principal chamada da edição. Sempre ilustradas com fotos e box.

Na quarta, estava a seção "Destaque", uma página inteira de pequenos tópicos, divididos em retrancas (geralmente uma ou duas palavras), destacando descobertas científicas e/ou tecnológicas, divulgação de eventos, cursos, congressos, lançamentos de livros e outras publicações, etc, leitura obrigatória para quem desejava ficar por dentro e bem informado nessa área.

A quinta página também ocupava-se por reportagens. Já as duas páginas centrais (6 e 7), em quase todas as edições, publicava um assunto único. Analisando com mais profundidade, o tema poderia ser uma reportagem de cunho jornalístico da equipe do jornal, ou um trabalho de algum especialista. Todos os temas eram acompanhados por fotos, ilustrações e algumas vezes, gráficos. Nas demais também eram impressas matérias, boxes, publicidades, colunas e a oitava eram dedicadas a esportes para pessoas com deficiência, como veremos a seguir.

Dentro do conteúdo do jornal, podemos destacar outras colunas. Entre elas, haviam o "Painel", oferecendo serviços (recursos humanos, cursos de mestrados e doutorados, medicina estética, etc), através de tópicos divulgando os endereços dos locais. Às vezes, publicava os "Classificados Especiais", divulgando os endereços de profissionais (fonoaudiólogas, fisioterapeutas, nutricionistas, etc), além de oferta e empregos às pessoas com deficiência.

O "Desafio de Hoje" oferecia espaço para opiniões, depoimentos e debates. Na seção "Fórum de Debates", o jornal publicava em cada edição um texto escrito e assinado por um especialista ou pessoa envolvida com a temática, com ponto de vista e/ou relato pessoal.

HD E OS ESPORTES

Sendo muito grande o contingente de pessoas com deficiência no Brasil, também sempre foi grande o desconhecido da maior parte da população em geral, o potencial dessas pessoas e de tudo o que são capazes de realizar. Consciente disso, da importância da reintegração social e da convivência plena, o "Desafio de Hoje", durante toda a sua existência, apoiou e participou de vários eventos esportivos.

Deslocando-se da redação, sua equipe sempre realizou coberturas exclusivas sobre a participação no exterior de nossos atletas com as mais variadas deficiências. Dentre esses eventos esportivos, destaca-se a Olimpíadas de Seul, em 1988, a Copa do Mundo de Futebol de Amputados, nos Estados Unidos, os Jogos Assen, na Holanda, o Campeonato

Internacional de Saint-Etienne, na França, os Jogos de Caracas, na Venezuela, os VIII Jogos Internacionais de Verão das Olimpíadas Especiais, realizado em Minneapolis (EUA), onde os atletas brasileiros conquistaram 32 medalhas, competindo com outros 6 mil atletas de 90 países.

No Brasil, o jornal teve uma profunda participação nesse campo. Apoiou o lançamento das "Luminárias", jogos que reuniam anualmente mais de 1.200 atletas, oriundos das várias partes do país e que competem em várias modalidades como futebol para pessoas com deficiências visuais e amputados, basquete em cadeira de rodas, natação, atletismo, halterofilismo, tênis de mesa e handebol, dentre outras. Outras iniciativas foram apoiadas, tais como o "Projeto São Tomé", tendo como objetivo levar esses atletas para demonstrações esportivas variadas por todo o Brasil. O jornal patrocinou inúmeros eventos, conferindo medalhas e troféus aos vencedores.

Dentre as inúmeras iniciativas, partiu do "Desafio de Hoje", lançar o primeiro grupo dessas pessoas que aprenderam a lutar capoeira. Segundo o seu redator, "aqueles que, por impossibilidade física, não puderam participar da capoeira, aprenderam a tocar berimbau, instrumento típico e folclórico que acompanha a luta. Essa iniciativa permitiu que a ideia se expandisse e, dessa forma, hoje, a capoeira é mais uma opção de esporte e lazer para as pessoas portadoras de deficiências". O evento teve o reconhecimento da Organização dos Estados Americanos(OEA).

Outro importante espaço aberto foi no campo esportivo. Uma página inteira, intitulada "Esportes" e assinada por Aldo Miccolis, um senhor com mais de 35 anos de dedicação aos

esportes para pessoas com deficiência no Brasil. As matérias falavam das mais variadas modalidades oferecidas a todos os tipos de limitações, treinos, competições, participações, vitórias, derrotas, recordes, informações de eventos, entidades que promovam atividades nessa área, entrevistas com secretários de esportes e pessoas envolvidas com o assunto. Na página havia a coluna "Minha Palavras", onde Miccolis escrevia suas opiniões, ponto de vistas e depoimentos. E de uma, transcrevemos este trecho:

O Brasil possui aproximadamente 15 milhões de pessoas portadoras de deficiências físicas, mentais e sensoriais e, inseridos nesta espantosa estatística, existem mulheres jovens que, através, do esporte, encontraram a alegria de viver e a integração social a que têm direito, como cidadãos úteis ao país. Essas jovens constituem exemplos vivos de coragem, dignidade e otimismo, ao superarem barreiras e derrubarem preconceitos. Não é exagero afirmar que o esporte pode salvar muitas vidas e proporcionar incontáveis alegrias. Quantos deficientes físicos, excepcionais, cegos, surdos, paralisados cerebrais e les autres já subiram em pudins representando nosso país? Posso afirmar que foram centenas(...)⁴

Um dos mais recentes trabalhos nesta área, foi a cobertura das IX Paraolimpiadas Mundiais, em 1992. Realizada em Baecelona, na Espanha, o evento reuniu quatro mil atletas com deficiências visuais, auditivos, físicos, paralisados

cerebrais, pessoas com nanismo, vinda de todas as partes do planeta. Acompanhando esse contingente de alegria e otimismo, estavam outros milhares de pessoas, como professores de educação física, médicos, fisioterapeutas, assistentes sociais, árbitros, jornalistas, fotógrafos, fabricantes de equipamentos e um enorme público que prestigiou o evento.

O Brasil se fez presente com uma delegação de 50 pessoas, sendo 42 atletas. Nossos esportistas bateram e conquistaram sete medalhas – três de ouro e quatro de bronze. Essa atuação não mereceu nenhum destaque ou cobertura dos grandes meios de comunicação brasileiros na época. Mas o “Desafio de Hoje”, representado pelo seu consultor esportivo e colunista Aldo Miccolis, dedicou a primeira página e as duas centrais da edição de setembro de 92.

O jornal “Desafio de Hoje” era uma publicação exclusiva da OâSIS - Empresa Jornalística e Editora LTDA, com sede no bairro de Ipanema, Rio de Janeiro. E como toda empresa do ramo, tinha a sua própria estrutura. Contava com o assessoramento de profissionais da área de saúde e outros técnicos, correspondentes por todo o Brasil e exterior. No formato tabloide e de circulação mensal, o jornal levava aos seus leitores os atuais acontecimentos da área e o que havia de mais moderno na medicina e tecnologia e que oferecem nos campos da prevenção, Educação, Reabilitação e Integração de pessoas que possuíam os mais variados tipos de deficiências.

Seu poder de distribuição era amplo. Possuindo uma listagem exclusiva - elaborada ao longo dos anos -, atingia cerca de 400 mil pessoas. O trabalho por assinatura e correios eram o

seu forte. O jornal também era distribuído por entidades e associações brasileiras que com ele se relacionavam, como os Centros de Reabilitação do INSS, APAEs, LBA, Sociedades Pestalozzi, dentre outros segmentos. Fora da área exclusiva, o “Desafio de Hoje” era encaminhado às Secretarias de Saúde, Poderes Executivos, Legislativos e Judiciários, classe médica, técnicos em reabilitação, faculdades, clínicas, escolas especiais e indústrias ligadas a temática.

O jornal tinha o seu lado publicitário, com propagandas de empresas, clínicas, órgãos governamentais e de outros segmentos. Geralmente, os anúncios com mensagens onde os contextos estavam ligados com o tema em questão. Como exemplo ilustrativo, destacamos esta, de uma empresa de petróleo. Tomando uma página inteira, seu texto diz em letras grandes: *"O compositor Beethoven, o físico Stephen Hawking, a atriz Sarah Bernhaedt, o escultor Aleijadinho, o músico Ray Charles, o pintor Toulouse-Lautrec, o escritor Jorge Luiz Borges e o político Franklin Roosevelt, provaram ao mundo que a eficiência humana é maior do que qualquer deficiência física"*.

A CONQUISTA MAIOR

Durante a sua primeira década de existência, o jornal teve muitas conquistas e viveu grandes momentos - sejam bons ou dificultosos. Mas foi ao comemorar o seu 10º. aniversário, no entanto, que o “Desafio de Hoje” galgou rumo ao seu objetivo principal, que era conscientizar o maior número possível de pessoas para a questão. Passou a ser um encarte do JORNAL DO BRASIL,¹⁸ circulando sempre na última terça-feira de cada mês. Segundo a sua equipe, "um projeto grandioso e

audacioso. Grandioso no sentido de ter encontrado eco em um jornal que comunga dos mesmos ideais do DH. Audacioso porque eleva a responsabilidade de levar adiante um projeto de custo extremamente alto".² Transcrevemos alguns trechos do Editorial de apresentação da conquista:

Numa época em que a descrença e o egoísmo assolam o país, nós, do "Desafio de Hoje", nos sentimos muitos felizes ao constatar que não estamos sozinhos. O nosso trabalho, realizado há dez anos com muito sacrifício, frutificou.

(...) A beleza de um sonho, que, por mais inatingível que pareça ser, por mais difícil que seja, fundamental, tentar.

Foi isso que fizemos, sem esmorecimento lutando, trabalhando sem tréguas, a maiorias das vezes além dos limites convencionais e normais, enfrentando situações que se unsuportáveis(...)

(...) É por isso que, ao iniciarmos mais uma etapa junto com o JORNAL DO BRASIL - ao qual somos gratos - esperamos permanecer fiéis aos propósitos de conscientização, auxiliando na eliminação de todas as formas de preconceitos e discriminação, ajudando estabelecer iguais oportunidades para todos, lutando por melhores condições de saúde, educação, trabalho e justiça social.

Cabe a cada um de nós cultivar sempre a esperança de que tudo pode melhorar. Somente assim as conquistas tornam-se possíveis e a vitória, uma certeza.⁵

Ao comemorar um ano de circulação como encarte, o DH e o JB, receberam duas Moções de Congratulação, sendo uma de Wanúbia de Carvalho, deputada federal pelo Rio de Janeiro, que em um trecho de sua carta dirigida à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, menciona: "(...) Acompanho com muito interesse sua trajetória, leio todos os artigos, que são de suma importância e estou a par de sua gratificante e necessária proposta. Por isso, sem qualquer outro compromisso, a não ser o de estar junto a ela nessa luta, gostaria de aplaudi-lo com muito entusiasmo nesse momento de festa (...)”⁷

Vale ainda destacar que a conquista de espaço junto ao JB, veio de encontro aos objetivos do “Desafio de Hoje” de não somente circular entre essas pessoas, seus familiares e em entidades e pessoas especializadas, mas também entre o público em geral, procurando atingir um de seus principais objetivos: conscientizar a população sobre os inúmeros problemas enfrentados pela pessoa com deficiência no seu dia-a-dia para, todos juntos, encontramos soluções. Sua equipe acreditava e defendia a tese que "os portadores de deficiência não querem, não podem e nem devem formar um grupo à parte; sua integração à sociedade, além de um direito, é condição fundamental para uma vida útil, produtiva e gratificante"⁹

“REVISTA INTEGRAÇÃO” - A VOZ QUE SE CALOU

Surgida da iniciativa privada entre Luíz Otávio Gomes dos Santos e Mário Alvez Vianna, a "Revista Integração", foi outro importante órgão de comunicação alternativo nesta área nos anos 80 e 90, tendo como lema a seguinte frase: "Em defesa dos direitos da pessoa deficiente". Ambos trabalhavam em uma editora onde não havia muita perspectiva futuras. Resolveram partir para um negócio próprio, abrindo a "Seiva Editorial Ltda".

Desde os primeiros momentos, os dois tinham o objetivo fixo de editar revistas. Como Vianna havia trabalhado na "Revista Mensagem da APAE", tiveram a ideia de lançar um veículo que abordasse temas relacionados há todas as áreas das deficiências. Seus fundadores recordam que o início foi extremamente difícil. Luíz Otávio (diretor-editorial) e Mário Vianna (diretor-publicitário), não conheciam quase ninguém da área, portanto, não dominavam o assunto. Mas com os objetivos já definidos, procuraram a diretoria do "Lar Escola São Francisco" - entidade pioneira no tratamento, educação, e integração do pessoas com deficiência no Brasil e na América Latina - para editar o seu órgão oficial.

A semente estava plantada. Em junho de 1988, começava a circular o primeiro número da Revista Integração. Sua capa

trazia uma foto em cores dos alunos na horta do Lar São Francisco. À página 02, a ficha da entidade com sua diretoria, conselho provedor, conselho fiscal e conselho técnico e mais abaixo o Expediente da Revista. O seu Editorial, à página 04, oferecia um perfil do que seria a publicação:

Ela abordar todas as atividades da instituição preocupando-se sempre em comunicar à coletividade os progressos e o andamento de suas atividades. A revista tratar ainda de temas relacionados a área médica, terapêutica e assistência ao deficiente físico, ceder espaço para as associações e entidades congêneres, além de trabalhos técnico-científicos de pesquisadores do setor.

O deficiente físico terá através da REVISTA INTEGRAÇÃO, o espaço para discutir os seus problemas, expor e debatê-los com autoridades competentes. Ou seja, a Revista passou a ser um foco catalizador e de divulgação das entidades do portador de deficiência em São Paulo e no país. Discutiremos temas concernentes aos transportes, acesso à educação, esportes, integração profissional e social. Faremos troca de experiência entre entidades, associações e órgãos governamentais preocupados com o problema da deficiência em São Paulo e no resto do País. Convidaremos especialistas de área médica para tratar das últimas descobertas

*em equipamentos e técnicas de reabilitação e recuperação.*¹⁰

O primeiro número foi dedicado aos 45 anos do Lar Escola São Francisco. A primeira página trazia a seção "Palavra do Presidente" (assim como nas outras edições). Nela, era relatada toda a história desde o início da Instituição. Nas outras páginas (sempre um total de 32), várias matérias focalizando o Lar Escola São Francisco, ilustradas com muitas fotos. E com só este tema, esgotou-se a edição.

A iniciativa tinha tudo pra dar certo. A revista - que mantinha-se exclusivamente de anúncios -, no primeiro número, só para que tenha uma ideia, sua equipe conseguiu o suficiente para pagar os custos de produção. No entanto, no que tange à receptividade, foi muito grande, tanto por parte dos leitores como dos profissionais da área.

FUTURAS EDIÇÕES E CONTEÚDOS

Lançado o primeiro número, a Revista Integração passou a circular com a precocidade de quatro em quatro meses, com algumas seções fixas, onde destaca-se a "Matéria de Capa" (sempre um tema principal), "Esportes", as "Entrevistas" (no estilo pergunta-resposta), "Memórias" (focalizando fatos históricos), "Opinião" (reflexões sobre o tema em pauta), "Depoimento" (tanto de técnico como das próprias pessoas com deficiência), "Trabalhos Técnicos" (artigos de especialistas, geralmente escritos numa linguagem mais científicas), "Curtas" (tópicos, e pequenas matérias, tanto de sua redação como de

outras pessoas, contendo eventos, notas sociais, conquistas, justiça e legislação, dentre outras divulgações) e a "Especial".

O conteúdo de suas matérias sempre apresentava novos objetivos e novidades para área. Podemos destacar exemplos de otimismo como a "Matéria de Capa" da edição de dezembro de 1988, que dizia: "Com a esperança renovada o Natal produz ânimo para novos projetos em prol do deficiente". Na parte dos objetivos de integração social, destacamos a matéria: "Mulheres deficientes: SEM LIMITES PARA O AMOR". Sua introdução resumia todo o seu conteúdo: "Muita gente pensa que a deficiência física impede o relacionamento amoroso e sexual, mas isso não é verdade. Derrubando mitos e preconceitos, é a cada dia maior o número de mulheres deficientes que estão saindo vitoriosas de uma luta comovente e garantindo seu direito não só de amar, mas de casar e ter filhos sadios".¹¹

Com as artes fornecidas pela Maurício de Souza Produções Ltda, a Revista Integração, publicou em sua quinta edição, uma história em quadrinhos da "A Turma da Mônica". Intitulada "Hamyr, um garoto muito especial", o enredo mostrava um menino de bengalas-canadense, buscando de maneira descontraída a sua integração nas brincadeiras dos demais membros da turma. Atuando também no campo artístico, Integração publicou a reportagem "Espectro de Emoções", principal matéria da sétima edição, mostrando que os artistas com deficiência buscando na arte o mais cristalino meio de expressão e ao realizar algo artístico, desvenda os mistérios da criação. O "direito de ir e vir", mereceu destaque na capa da oitava edição, focalizando as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba, que foram as

primeiras capitais a mudar o quadro do verdadeiro desafio que os essas pessoas enfrentam todos os dias para utilizar-se dos transportes coletivos.

Não indiferentes à "Década da Pessoa Deficiente (1982-1992)", a Revista Integração lançou uma série de artigos abordando temas como reabilitação profissional, esportes e integração social, com o desejo de montar um mosaico de real situação em que se encontra a pessoa com deficiência no Brasil. Na série foi abordado o amplo movimento, de âmbito nacional, com o propósito de se criar uma profunda consciência a respeito da relação: pessoas com deficiência e a sociedade. Dentre as várias metas projetadas estavam a conquista e a sedimentação de seus direitos, como qualquer cidadão, nas relações com a coletividades. A série de artigos foi concluída em dezembro de 1991, num total de quatro edições.

Integração também se preocupava muito com a questão do mercado de trabalho. Fora os constantes artigos de Otto Marques da Silva (um experts no assunto), a revista publicou uma edição especial sobre o tema. Um trecho de seu editorial dizia:

Todos sabem dos grandes problemas de desemprego que afligem a sociedade brasileira como um todo, o que quer dizer então da parcela de cidadãos que porta algum tipo de deficiência. Brasileiros sistematicamente discriminados e relegados à marginalidade, sofrem ainda mais num momento em que a oferta de empregos é reduzida. As informações contidas nessa matéria mostravam

claramente ao leitor o quanto é preciso avançar em matéria de profissionalização dessas pessoas e principalmente no que diz respeito à conscientização dos empresários e profissionais responsáveis pelo processo de recrutamento a seleção das empresas(...)¹².

INTEGRAÇÃO NOS ESPORTES

Outro campo de forte participação da Integração, foram os esportes, tanto nas coberturas jornalísticas, divulgando os eventos, como em suas próprias realizações. Consciente do potencial de muitos atletas com deficiência e do muito que se têm conquistado para o Brasil, embora discriminados pela grande imprensa, sua equipe publicou no ano de 88, editorial bem realista:

Após o encerramento dos jogos oficiais, realizou-se nas mesmas instalações - Vila Olímpica - a "Paralympics", a Olimpíadas dos deficientes, onde o Brasil esteve representado com 56 atletas, ou seja, um quarto dos que estiveram na Olimpíada anterior e conquistaram 27 medalhas: quatro de ouro, nove de prata e quatorze de bronze. Os primeiros a imprensa de um modo geral - televisão, rádio e jornal - prestou todo tipo de homenagens, desde programas especiais, até capa de revistas,

*chegando inclusive a receber barras de ouro da Caixa Econômica Federal. Quanto aos atletas deficientes, os mais premiados, receberam pouca atenção da imprensa e nenhum prêmio especial(...)*¹³.

Nessa edição a revista teve como matéria de capa: "SEUL/88 - Eficiência dos Deficientes". Na matéria à página 14, foi traçado um panorama da situação que se encontrava o esporte praticado pelas pessoas com deficiência física. Em seguida, destacou o brilhantismo com que os atletas que participaram deste certame internacional, quais as suas queixas e seus projetos para o futuro, além do que esperavam das autoridades governamentais e dos empresários.

Quatro anos mais tarde, a capa da revista voltou a ser o logotipo das Paralympics. Dessa vez em Barcelona/92. A cobertura foi bem maior, com muitos destaques. Porém, seu editorial voltou a focalizar algumas dificuldades e chamou a atenção para alguns fatos:

Nesta edição, estamos novamente contentes com a participação brasileira na PARALYMPICS, desta vez na cidade de Barcelona, porém nosso sentimento hoje não só de alegria, existe também uma pontinha de tristeza, porque desta vez nossa equipe conquistou "apenas" 7 medalhas. A impressão que temos é que o esporte para pessoas portadoras de deficiências no Brasil, está caminhando para traz e temos a mais absoluta certeza de que isso não se deve a falta de empenho dos atletas ou das entidades e pessoas que lutam para elevar cada vez mais esse tipo de esporte.

O que falta realmente, é uma conscientização maior dos nossos governantes e do próprio povo brasileiro,

para que esses atletas possam contar com o apoio necessário para que os objetivos propostos possam ser alcançados¹⁴.

Em um artigo posterior¹⁵, foram traçadas algumas reflexões sobre a importância do esporte para pessoas com deficiência. Dentre elas, destacam-se: 1) Um desafio para que se volte ou se comece a viver, um caminho de vida, embora em potencial; 2) A razão de viver, um fim em si mesmo; 3) Um veículo de reintegração ou integração; 4) Uma atividade interessante que se observa ... distância; 5) Uma atividade que não deve ser negada porque leva ... alienação de vida política e 6) Uma atividade que deve ser incentivada porque é um complemento de nossa vida pública e privada.

Outro grande destaque no campo esportivo foi a entrevista intitulada "Uma voz que derrubou barreiras e conquistou espaços". Nela, foi entrevistado o repórter e locutor esportivo da TV Bandeirantes, Alexandre Santos, um profissional com mais de trinta anos de uma promissória carreira jornalística. Revelando que começou cedo na profissão, Alexandre sempre atuou nos meios de comunicação. Após trabalhar em rádios, ingressou na televisão, traçando uma bela carreira, colecionando muitos prêmios e tornando-se um dos mais conceituados repórteres esportivos do País.

Utilizando-se de uma cadeira de rodas para sua locomoção, Alexandre nunca encontrou dificuldades para

desempenhar o seu trabalho. Viajou pelo Brasil e para o exterior (como Estados Unidos, Europa e países da América do Sul), transmitindo jogos, campeonatos, torneios e Copas do Mundo. Diante deste vasto currículo, Alexandre Santos declarou à Revista: "Não acredito que haja preconceito no jornalismo - rádio e televisão. Eu nunca sofri qualquer tipo discriminação"¹⁶. Ele olhava a vida com bastante otimismo e acredita que a própria pessoa com deficiência tem que se auto-conscientizar que é uma pessoa normal e lutar para conquistar o seu lugar na sociedade.

DESENVOLVIMENTO E ESTRUTURA

Segundo a sua equipe, o crescimento da Revista foi algo muito emocionante, que fugiu ao controle de sua redação. Segundo Luíz Otávio destacou, "recebíamos cartas de todas cidades que nem sabíamos de sua existência, e não imaginávamos como a revista havia chegado lá. As cartas na maioria, teciam elogios profundos e que confirmavam a nossa proposta inicial - prestar um serviço e engendrar uma consciência frente a um tema tão importante em nossa sociedade".¹⁷ Isso podia ser confirmado através das muitas cartas publicadas no "Espaço do Leitor", sendo correspondências de todas as partes do Brasil e exterior.

A Revista Integração tornou-se, pela força do tema, independente. A partir da quinta edição, além do Lar Escola São Francisco, passaram a estar representadas outras entidades

que atendem às pessoas com deficiência. Esse passo foi dado graças ao crescente interesse e participação dessas entidades a revista, seja através de sugestões, colaborações e o efetivo apoio ao trabalho realizado pela sua equipe. Montado esse "Conselho Editorial" - fixado à página do Expediente -, as entidades passaram a colaborar desde a elaboração de pauta de matéria, ao fornecimento de subsídios para as mesmas, além da divulgação de suas ideias e pesquisas, visando a melhoria das condições de vida da pessoa com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltiplas deficiências), passando a abordar assuntos relacionados há todas elas.

Ao comemorar o primeiro aniversário, trechos de seu Editorial diziam:

“Lançar uma revista que trate de problemas sociais em nosso país é muito difícil. Mantê-la em circulação, é tarefa ainda muito mais difícil(...). (...) Se dificuldades foram encontradas, também não nos faltaram incentivos e reconhecimentos por este trabalho, o que levou-nos a dobrar forças para atingir o objetivo de cada edição da revista. A grande aceitação da revista nos segmentos a que se destina e os constantes pedidos de envio da revista, fazem-nos acreditar que estamos desenvolvendo um trabalho a altura das aspirações de nossos leitores. Falhas, certamente tiveram muitas, mas,

com os recursos disponíveis, fizemos o melhor possível em cada edição (...)"18.

A revista começou com uma tiragem de 10 mil exemplares. Porém, devido ao Plano Collor - que conseguiu assolar vários segmentos no início dos anos 90, inclusive os microempresários -, suas edições tiveram que ser reduzidas para 7 mil exemplares, voltando a crescer posteriormente. Impressa em off-set, era utilizado a fotocomposição, substituída a partir da 14ª. Edição pelo processo computadorizado - Editorização Eletrônica. Isso ocorreu devido a necessidade de abaixar os custos, uma vez que o novo processo eliminou a etapa do fotolito. Consequentemente, sua equipe conseguiu economizar um pouco e editar a revista com uma qualidade superior.

Suas edições eram distribuídas basicamente pelos Correios, dentro de envelopes, destinadas diretamente às entidades, associações, médicos, psicólogos, psiquiatras, pedagogos, terapeutas, assistentes sociais, fonoaudiólogas, professores, empresas (indústrias, comércios e serviços), estabelecimentos de ortopedia, autoridades municipais, estaduais e federais, autarquias, fundações e pessoas com de deficiência.

Todos os seus custos de produção e distribuição, foram cobertos por patrocinadores. Muitas das propagandas tinham seu contexto ligado ao tema da revista, como esta que

destacamos de uma firma de fertilizantes, cuja título era "Um deficiente pode ser mais eficiente do que você imagina". O texto dizia: "Um deficiente físico tem poucas oportunidades de trabalho. Por isso mesmo, quando surge a chance, quando uma empresa conclui que deficiência física nada tem a ver com a eficiência profissional, o deficiente agarra esta oportunidade e coloca todo seu empenho na realização de seu trabalho".¹⁹

Se de um lado a Revista Integração tinha apoio e muita receptividade na área, por outro, encontrava dificuldades em relação aos patrocínios. Ao comemorar "cinco anos trabalhando pela integração da pessoa com deficiência", alguns trechos de seu editorial mostravam bem o problema:

Em contraste com esses momentos, tivemos sempre a nos angustiar, a incerteza de podermos dar continuidade ao nosso trabalho. Os contatos com as empresas no sentido de conseguirmos anúncios necessários à viabilização das edições, exceto por raras exceções, deram-nos sempre a medida exata de respeito que o empresário brasileiro tem pela pessoa portadora de deficiência e por tudo a que ela se refere (...).

Em alguns casos, as pessoas contatadas, usando de honestidade, expuseram claramente a posição da empresa de não anunciar na revista, evitando com isso que continuássemos a investir tempo e dinheiro em tentativas que resultariam infrutíferas. A grande maioria porém, continua a ser contatada ainda hoje, depois de cinco anos, e continua a protelar a sua participação, sem nunca descartar a hipótese de que ele venha a ocorrer, mas adiando sistematicamente essa participação, demonstrando total falta de respeito à causa e àqueles que por ela trabalham (...)²⁰

A sociedade entre Luíz Otávio e Mário Vianna, durou até a décima quinta edição. O trabalho que vinham realizando em conjunto para editar a revista, tornou-se em determinado momento, muito difícil para ambos. Decididos que apenas um poderia dar continuidade ao projeto e assim reduzirem os

custos, ou o título INTEGRAÇÃO morreria. Como entre os dois, Vianna era quem reunia maiores condições para levar adiante o trabalho, em função dos contatos com as empresas patrocinadoras, resolveram para o bem da revista, que ela deveria ficar sobre a responsabilidade do mesmo. Luíz Otávio ficou com a "Seiva Editorial Ltda", e assim, a razão social da nova editora responsável pela publicação da revista, passou a ser a "MVL Edições e Representações Ltda".

INTEGRAÇÃO: A PALAVRA CHAVE

A Integração quando surgiu no mercado editorial, em junho de 1988, tinha duas metas bem definidas. Primeiramente lutar pela causa da pessoa com deficiência e em segundo lugar, desenvolver um trabalho profissional competente. No entanto, o desenvolvimento com o tema e com a causa, levou a sua equipe a detectar uma série de problemas que essas pessoas deficiência enfrentavam na convivência social. Esta constatação impulsionou seus fundadores a entrar em outras áreas, qual seja, a promoção de eventos. Segundo palavras de Luiz Otávio, “além da grande alegria que sentimos a cada edição da revista que conseguimos fazer circular, tivemos ainda momentos de plena realização, como por exemplo, quando da realização do I FESTIVAL DA AMIZADE, quando conseguimos reunir para o final da semana de competições esportivas, nada menos de 400 atletas portadores de deficiências, representando todo o estado de São Paulo”.²¹

O "I Festival da Amizade", foi um grande marco esportivo no ano de 1989. Os já citados 400 atletas das quatro

deficiências - auditiva, física, intelectual e visual - disputaram cerca das 100 provas num espetáculo inesquecível. Mais tarde, em março de 1990, a revista organizou a "I Mini-Maratona em carreira de Rodas de São Paulo". Apesar de toda a infraestrutura montada e fornecida pela Secretária Municipal de São Paulo, a prova não chegou a ser realizada por ausências de atletas.

Outra grande realização foi a "I Mostra de Artes da Pessoa Deficiente", realizada em setembro de 1990, no Centro Cultural São Paulo. Segundo Luíz Otávio, "o objetivo da mostra foi apresentar à sociedade que o deficiente é capaz de produzir tanto profissionalmente quanto ao aspecto artístico. O artista sem qualquer tipo de deficiência, enfrenta todo tipo de dificuldade para poder expor e conquistar seu espaço, imagine o artista que possui qualquer tipo de deficiência, a luta é ainda maior"²². O sucesso foi alcançado mais uma vez: Participaram mais de uma centena de artistas na área da pintura, escultura, literatura, história em quadrinhos e fotografia - oriundos de São Paulo (capital e interior), outros estados e até da Bolívia.

Era uma publicação bem democrática, sempre aberta e receptiva ao material que lhe chegava, desde que houvesse uma boa redação e ligação com o tema, inclusive, algumas pessoas dedicavam-se seu tempo a escrever textos exclusivos para serem publicados.

Consciente do seu papel no contexto social e da força de formar conceito e opiniões, repassava em suas publicações uma imagem neutra e real dessas pessoas. Nunca havia sensacionalismo, matérias tendenciosas ou de promoção pessoal. A realidade era a sua meta!!! Porém, com a intenção de sempre desmistificar fenômenos, sempre tocava na questão do preconceito. Exemplo, foi uma de suas capas, onde havia um

saci desenhado com giz de cera com a seguinte legenda: "Deficiente: Para o povo essa história é uma lenda"³⁴. Em outra edição, a revista publicou um editorial em letras grandes, justificando-se que "fazemos nossas estas palavras ao homenagearmos a pessoa com deficiência e as pessoas que lutam e colaboram pela causa no DIA NACIONAL DA LUTA - 21 de setembro". O texto era uma frase de John F. Kennedy, e dizia: "ADMITO QUE O DEFICIENTE SEJA VÍTIMA DO DESTINO, MAS NÃO POSSO ADMIIR QUE SEJA VÍTIMA TAMBÉM DE NOSSAS INDIFERÊNCIAS"³⁴

A NOSTALGIA QUE FICOU

Para surpresa de seus leitores e colaboradores, a edição de dezembro de 93, circulou com um grande ponto de interrogação em vermelho na capa, com a seguinte indagação: "Quais serão as surpresas do futuro?" Trechos do editorial diziam:

O trabalho que a Revista Integração desenvolveu ao longo de seus seis anos de existência, sempre teve o objetivo claro de colaborar com o processo de libertação individual das pessoas com deficiência. Entendemos que ao atingir um estágio de vida independente, essas pessoas deixam para trás o principal entrava para poder ter vontades próprias, livrando-se da dependência de outras pessoas, nem sempre muito dispostas a colaborar.

Fizemos o nosso trabalho com o entusiasmo que nos foi permitido ter, pois a revista, infelizmente, também depende de encontrar pessoas dispostas a colaborar. O que não tem acontecido de maneira a suprir as nossas necessidades.

(...)

Durante muito tempo, lutamos contra a decisão de interromper a circulação da revista, mas, a crise econômica que devasta o país foi mais forte e minou toda a nossa resistência.

Dentro de um futuro próximo, quem sabe com o país retomando aos trilhos do desenvolvimento, passamos a retornar este trabalho e continuar a oferecer a nossa pequena colaboração à luta das pessoas com deficiência, que, ao contrário, da revista, continuar cada vez mais forte.

Um dia, quem sabe, a evolução a que nos referimos no início deste texto, ser real e permitir que todos os meios disponíveis sejam utilizados nesta luta. Nesse dia estaremos de volta, pois o nosso ânimo não arrefecerá jamais.

Vamos entender a interrupção da circulação da Revista Integração, como uma retirada estratégica para não morrer definitivamente.

Sua redação recebeu inúmeros pedidos de leitores e colaboradores, para que a revista voltasse a circular. Houve uma tentativa em março de 1994, com a edição número 24; porém, suas forças foram esgotadas. “Neste momento, só nos

resta torcer para a que a sociedade e os nossos governantes assumam o mais rápido possível uma postura de igualdade para todos, tornando desta forma, desnecessária a luta dos portadores de deficiência para assegurarem os seus direitos. Neste dia, a REVISTA INTEGRAÇÃO já não fará falta e o fato de ela ter deixado circular não terá qualquer importância”. Essas foram as últimas palavras do editorial da revista. Hoje, resta apenas uma nostalgia e um vazio entre seus leitores e colaboradores.

NOTAS

1. Editorial comemorativo aos dez anos de existência, outubro de 1991.
2. Relato dos seus onze anos, à página 02, novembro de 1992.
3. 16. Editorial da edição número 115, de janeiro de 1992.
4. Coluna da edição de novembro de 1991, à página 11.
5. O JORNAL DO BRASIL, em suma, é um grande e forte meio de comunicação brasileiro, conhecido e respeitado pela sua tradição. Pioneiro em diversas campanhas públicas, participou desde o início do século no combate à febre amarela, até nos dias atuais em defesa do meio ambiente e da moralização do país. Nessa trajetória, passou pela ajuda ao receamento carioca, as advertências contra a proliferação das favelas e a corrupção policial. O JB foi também o primeiro a dar cobertura ao carnaval e futebol, além de iniciar no país colunas de política internacional, música, arte, seções femininas e de cinema. O JORNAL DO BRASIL, confirmando a sua posição de pioneirismo, abriu espaço, incluindo em seu contexto o encarte “Desafio de Hoje”.
6. Editorial da edição de setembro de 1991.
7. Carta datada em "Sala das Sessões, 29 de setembro de 1992",
8. Editorial da edição de agosto de 1992.
9. Editorial da primeira edição, junho de 1988.

10. Matéria de Ana Maria Moraes Grespo, edição n. 06, setembro de 1989.
11. Matéria resultada de um exaustivo trabalho de pesquisa feito pelo professor Dorival Carreira, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: Edição número 19, dezembro de 1992.
12. Editorial da edição número 03, dezembro de 1988.
13. Editorial da edição n. 18, setembro de 1992.
14. Artigo de Paulo Roberto Moreira, edição número 14, setembro de 1991.
15. Entrevista exclusiva com Alexandre Santos, edição número 3, dezembro de 1991.
16. Entrevista exclusiva com Luíz Otávio Gomes dos Santos, em dezembro de 1992.
17. Editorial da edição número 5, junho de 1989.
18. Texto publicitário da COPAS, à página 05, edição número 8, março de 1990.
19. Editorial da edição número 20, março de 1993.
20. Editorial da edição número 20, março de 1993.
21. Desenho de Manoel Cirilo a pedido do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente de São Paulo, edição número 9, julho de 1990.

UNIDADE III

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, MEIOS DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVOS E NOVAS POSSIBILIDADES

DEVERES, METAS, DIFICULDADES E FUTURO

A utilização da comunicação alternativa em prol das pessoas com deficiência é uma prática ainda recente no Brasil, se comparada com outros países. Porém, caracteriza-se em algo importante e um grande instrumento para àqueles que lutam pelas diversas questões relacionadas a esse campo. Refletir sobre essa comunicação alternativa, é o mesmo que tentarmos responder as seguintes perguntas: O que é essa comunicação em prol da pessoa com deficiência? Qual o papel essa imprensa deve ter em nossa sociedade? Quais as dificuldades e sua relação com o sistema capitalista? Qual o futuro dessa comunicação alternativa no Brasil?

Primeiramente, devemos destacar que essa comunicação deve ser porta-voz da classe que representa: quem tem deficiência!!!

Sua missão é fazer circular as informações necessárias para amenizar partes dos problemas que atingem a classe, levando novos conhecimentos, descobertas científicas, benefícios, legislação existente e tudo de interesse aos mesmos, além de uma visão otimista da realidade, incentivando-os! Todas essas informações que, certamente,

não aparecem na "grande imprensa"; ou quando aparecem, são pequenas notas, não tendo o tratamento e a profundidade necessária para informar àqueles que dela necessitam.

Mas para àqueles que trabalham nesse tipo de "jornalismo especializado", é preciso estar atualizados para gerarem tais informações. É preciso ler as principais publicações da área, seja científica, alternativa, ou matérias, embora raras, nos meios de comunicação de massa; é preciso estar em constante contato com os principais Centros de Reabilitação e Instituições, estudiosos independentes; todos os pesquisadores e produtores de novas descobertas e conceitos no Brasil e exterior. Sobretudo, que sejam capazes de filtrar esses conhecimentos adquiridos e transformá-los em informações para aqueles que dela necessitam. Segundo o "Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência" (Nações Unidas, 1992), parágrafo 152, é preciso "assegurar às pessoas deficientes, às suas famílias e aos profissionais o recebimento de informação disponível sobre programas e serviços, legislação, instituições, meios técnicos, equipamentos e aparelhos, etc."

As comunicações alternativas podem e devem propiciar o diálogo. A troca de ideias, experiências e conhecimentos entre os membros envolvidos na temática (pessoas com deficiência, famílias, técnicos, especialistas e outros). Podem fortalecer o contato com outros segmentos e/ou com a sociedade em geral, como analisaremos mais adiante. Esse diálogo poderá permitir que os laços entre as pessoas se fortaleçam, realizar encontros "face a face", o que será um intercâmbio de opiniões, podendo-se constituir uma verdadeira rede de comunicação

aproximando solidariamente os membros dos grupos organizados em defesa dos direitos dessas pessoas.

Tão importante quanto o diálogo, é a "função educativa" que esses meios de comunicação terão perante a sociedade. Se adequado a sua missão, oferecerão um conhecimento crítico da realidade e condições para que a sociedade construa as suas próprias conclusões a respeito das pessoas com deficiência. Isso porque tanto os meios de comunicação de massa, quanto a eletizada educação pública, acostumaram o povo brasileiro a não se aprofundar na realidade, ficando apenas com as aparências, além do que, às vezes, oferecem-nos explicações falsas, ocultando fatos e criando estereótipos.

Este relacionamento aqui proposto entre os meios de comunicação alternativos sobre deficiência e a sociedade, poderá constituir-se em um instrumento fundamental para desencadear atitudes revolucionárias, e, quisá, a transformação das estruturas, já que, quanto mais intensa for a comunicação, maior será a interação das pessoas envolvidas. Todavia, não podemos cometer a ingenuidade de pensar que este processo será tão simples quanto parece.

Vivemos em uma sociedade conservadora que ainda cativa velhos conceitos e visões. Uma sociedade que não quer, ou pelo menos não incentiva, a enxergar além de seus limites. Fatos como estes, estimulam a perpetuação dos "pré-conceitos", as formas discriminatórias e estigmatizadas, já embutidas em nossa cultura, que sobrecuem em mulheres, negros, índios, pobres, religiosos, pessoas com limitações... Nada é oferecido à sociedade, pelo menos pelas classes eletizadas e dominadoras, para que essa grande massa rompam essas "visões pré-moldadas" e redescubram a

verdadeira realidade que as cercam. Há até quem diga que "tentar modificar o padrão cultural da grande massa, é ao mesmo tempo tentar invadir o mundo particular de cada pessoa". E assim vai-se negando, não um comportamento generalizado, mas o conhecimento mínimo que cada pessoa deveria ter com relação a realidade e com relação as demais pessoas...

Diante deste contexto, os meios de comunicação alternativos têm os seus deveres e obrigações redobrados. Cabe a eles oferecer à população uma consciência desenvolvida e crítica, negada pelos meios convencionais. De certo que o preconceito está embutido em nossa cultura. Mas é possível combatê-lo e eliminá-lo? Sim, acreditamos que sim! Só é preciso ir com certa maturidade para não nos frustrarmos no meio do caminho e não desanimarmos diante das barreiras sociais. Esse será um processo que se não começarmos agora, nunca atingiremos tais objetivos. Assim, os meios de comunicação alternativos, devem sempre apresentar uma imagem real das pessoas com deficiência, além de mais aproximada possível da realidade social, conforme sugere o parágrafo 27 do "Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência", das Nações Unidas: *“Das pessoas deficientes, deve-se que esperar desempenham o seu papel na sociedade e cumpram as suas obrigações como adultos. A imagem das pessoas deficientes depende de atitudes sociais baseadas em diversos fatores, que podem constituir a maior barreira para a participação e a igualdade. É costume ver a deficiência como a bengala branca, as muletas, os aparelhos auditivos e as cadeiras de rodas, sem se ver a pessoa. É*

necessário focalizar a capacidade da pessoa deficiente, e não as suas limitações”.

Por outro lado, podemos lembrar aqui, alguns trechos do livro-cartilha "Ética e Legislação: Os direitos das pessoas portadoras de deficiências no Brasil" (Bieler, 1990):

(...) Falar em Ética quando se trata das pessoas portadoras de deficiência física (motora) e o meio ambiente que as cerca pode ser uma tarefa delicada. Até muito pouco tempo, a sociedade não conseguia enxergar o indivíduo, além da cadeira de rodas, da muleta, do membro amputado ou deformado. Estas pessoas, diferentes no físico ou na forma de se locomover, são iguais na essência humana.

Com ideia pré-concebida sobre o que estas pessoas precisam, o que sentem, como pensam, a sociedade desenvolve um comportamento ético padrão calcados no paternalismo, para tratar de "forma civilizada" da questão (que tanto incomoda a todos quando se deparam com ela frente a frente).

(...) Desde o início dos tempos em todo mundo, estas pessoas foram alijadas do convívio social, impedidas de participar e desenvolver sua capacidade como indivíduo e cidadão. Estão situação de inércia levou a uma acomodação por parte dos deficientes e da sociedade mantendo, até recentemente, o grupo marginalizado. Até aí, a Ética do paternalismo e da tutela imperou, sem concorrência.

(...) No lugar da Ética da piedade deve estar hoje a Ética do respeito e do reconhecimento. Esta é a dívida que a nação tem com seus portadores de deficiência (10% da população) - a maioria com causas sociais como a falta de prevenção, a subnutrição, a violência urbana, os acidentes de trânsito e a desinformação.

Embora a sociedade, de uma forma geral, identifique todas as pessoas portadoras de deficiência como sendo iguais, cada tipo de deficiência possui suas próprias características, exigindo um comportamento ético diferenciado. (...)

Os meios de comunicação alternativos precisam, poeticamente, "transmitir vida que desperte novas vidas e realidades"; romper com a atmosfera compacta da incomunicação gerada por grandes jornais, rádios, emissoras de televisão, tocar em pontos vitais para a classe que representa; colocar a pessoa com deficiência no centro da comunicação e não a margem da mesma.

Em outro aspecto, já vimos que a comunicação alternativa existe para canalizar e divulgar aquelas informações não aproveitadas pela "grande imprensa". Mas podemos ser otimistas a ponto de dizer que essas "pequenas publicações" podem servir de incentivo para que assuntos que envolvam essas pessoas, cheguem aos meios de comunicação de massa. É o que propõe mais um trecho do documento PAM, parágrafo 149: *"Devem-se desenvolver pautas, em consulta com as entidades de pessoas deficientes, para estimular os meios de informação a veicularem uma imagem abrangente e exata,*

assim como uma representação e imagem esquânicos sobre as deficiências e as pessoas portadoras, no rádio, no cinema, na fotografia e na imprensa. Um elemento fundamental de tais pautas seria que as pessoas deficientes tivessem condições de apresentar elas próprias os seus problemas ao público e de sugerir as formas de resolvê-los. É necessário estimular a inclusão de informação sobre a realidade das deficiências nos currículos para formação de jornalistas”.

Referente a esta abertura nos meios de comunicação de massa, os grupos representativos das pessoas com deficiência e todas aquelas que procuram a equiparação de oportunidades, devem tratar de transformar-se em entidades capazes de influir comunitariamente para que, também, que são os responsáveis máximos dos meios de comunicação lhe dê a devida atenção.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA LEITURA E O CAPITALISMO

Outra questão que também merece reflexão, é com relação em se colocar cada vez mais as publicações alternativas ao alcance e interesse do grande público. Um tema que não podemos discutir de forma isolada - como todas as questões que envolvem pessoas com deficiência. Mesmo porque, tudo e todos fazem parte de uma mesma sociedade. E pensar a democratização da leitura no Brasil é sobretudo pensar a democratização política da nossa sociedade e a transformação das estruturas sociais e econômicas. Em uma sociedade como a nossa onde se prioriza o capital e a maioria das pessoas vivem para o trabalho, onde grande parte da população trabalha - literalmente - só para se alimentar, com baixo poder aquisitivo, falta de moradia, entre outros problemas, calcula-se que

apenas 5% dos brasileiros leem jornais; essa porcentagem deve ser ainda menor com relação a leitura de livros; tudo isso destimula o gosto e dificulta a leitura, além da existência do analfabetismo crônico. E pensar de modo diferente a democratização da leitura, isolando-a das demais lutas sociais e políticas, é, senão ingenuidade, uma atitude elitista, que confunde a população da leitura com a criação da leitura com a criação pura e simples de novos espaços destinados ao livro (bibliotecas) e com a mera expansão da indústria editorial.

Marques de Melo (1990), vai mais fundo, afirmando que "a própria imprensa tem características que impedem a sua popularização. Além de usar uma linguagem inacessível à grande maioria da população (os jornais escrevem como se fala nas universidades e nos círculos elevados da esfera cultural), a imprensa brasileira diária só trata de assuntos que interessam às classes dominantes". E, por outro lado, os veículos de comunicação encontram presas fáceis que acreditam cegamente em tudo que lhes é mostrado e dito como sendo verdade. Assim, não há o interesse por parte da população em mergulhar em leituras diferenciadas para distinguir a realidade do "mundo pré-moldado" que lhe foi apresentado.

São problemas que precisam ser vencidos ao longo do tempo, no desenrolar da nossa recém-criada democracia que aos poucos está encontrando o seu caminho. Como reafirma Capelato (1988), com relação a estas dificuldades, "a constatação é, no mesmo tempo, desoladora e desafiadora. Dentre as tarefas a serem realizadas para a construção de uma sociedade democrática, e leitura é das prioritárias. Enquanto não forem criadas oportunidades para ampliar o público leitor, nós (jornalistas e autores) seremos poucos a escrever para

poucos, ou melhor, quase para nós mesmos". Com a futura democratização da leitura no Brasil, que acreditamos que venha ocorrer a médio longo prazo, a leitura das publicações alternativas sobre as questões das pessoas com deficiência, ocorrerá naturalmente. Otimista, Capelato diz que "as dificuldades merecem ser enfrentadas, pois a luta pelo direito à informação - informação pública - é fundamental para o processo democrático".

As publicações alternativas devem, contudo, manter o otimismo na missão que lhes cabe. Mas nunca esquecer também as dificuldades e as "pedras" que sempre aparecem no meio do caminho. Uma delas caracteriza-se basicamente na parte financeira. Aliás, esse é o principal ponto que impede a proliferação dessas publicações...

Como em vários pontos dos segmentos sociais, aqui também vamos nos deparar um pouco para a questão do capitalismo. Para se produzir uma publicação - seja ela voltada para as pessoas com deficiência ou não - precisamos de dinheiro, ou seja, anunciantes. Mas nem sempre é fácil encontrá-los. Essa dificuldade já levou ao término muitas publicações. Exemplo disso, foi a Revista Integração (publicada em São Paulo), que após seis anos de existência, teve sua circulação interrompida na edição nº. 24, em março de 1994.

Certa vez, entrevistado por essa mesma revista (Integração, 1990), o publicitário Washinton Olliveto, indagado o porquê um veículo de informação que se destina, por exemplo, às questões das pessoas com deficiência, recebem tão poucos anúncios e/ou apoio das empresas nas campanhas institucionais, o mesmo respondeu:

“Na verdade é que hoje, para ser bastante sincero, o potencial do anunciante brasileiro sofreu num encolhimento muito grande. E a maioria das campanhas são em função imediatista de venda, que mesmo as campanhas institucionais acabam tendo uma intenção de venda por trás dela. E, naturalmente, a partir daí na distribuição de verbas acaba-se optando por veículos de maior penetração, de grande mídia exatamente por acreditar que através desses veículos vai se conseguir uma imagem mais forte que vai gerar vendas. Isso acaba fazendo com que veículos desse tipo recebam anúncios muito mais através de gestos de mecenato que profissionais”.

Em outra abordagem referente às questões da ética da publicidade, perguntaram-lhe se existe uma linha de raciocínio de recomendação aos clientes para que veiculem suas mensagens em publicações dessa natureza, Olivetto afirmou categoricamente que não. Segundo o publicitário, *"não existe um alto índice de profissionalização desses veículos. E às vezes você não tem a informação sobre elas o suficiente. Eu não saberia te dizer, por exemplo, quantas revistas existem nessa área, nunca me passaram essa informação"*.

Surge aqui, então, outra vereda a ser percorrida. Além das publicações alternativas precisarem se tornar comuns entre a sociedade (a questão da função educativa!), é preciso também se popularizar entre os meios publicitários e empresariais. Mostrar um trabalho sério e competente. Provar que tem certa

periodicidade religiosamente cumprida, pois ninguém gosta de investir em um veículo que aparece de vez enquanto. É preciso mostrar a eles o perfil de seus leitores e o seu poder de alcance. Tentar procurar os anunciantes certos, como por exemplo, fabricantes de aparelhos auditivos, ortopédicos, cadeiras de rodas, próteses, clínicas, etc., que também venham de encontro aos interesses de seus leitores.

Se for o caso, pode-se até tentar obter as verbas existentes para projetos sociais dessa natureza, junto aos poderes governamentais, que sabemos que existem, mas quase nunca são destinadas aos seus devidos fins. Sem, contudo, render ou deixar-se dominar pelos mesmos, não permitindo que eles utilizem tais veículos como instrumento de propaganda política. Todavia, um órgão de informação democrático - seja alternativo ou não - precisa ter um bom relacionamento com todos, inclusive com os segmentos governamentais.

Em outro ponto, os meios de comunicação alternativos, voltados às questões das pessoas com deficiência, devem evitar os textos de promoções pessoais e a chamada "matéria paga" - reportagem ou notícia que se publica por dinheiro. Isso porque, o veículo, mesmo que iniciante, perderá a sua linha inicial de ação, ideologia e objetivo, tornando-se algo comercial apenas, perdendo sua credibilidade junto aos seus leitores e anunciantes.

OUTRAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVAS

Fora a publicação alternativa em forma de jornais ou revistas, há outras formas de comunicação que poderão ser utilizadas por quem deseje divulgar assuntos relacionados às pessoas com deficiência. Sobretudo, são meios de gerar e democratizar a informação tanto para esse público específico, quanto ao público em geral.

COLUNAS EM JORNAIS E REVISTAS

Uma prática cada vez mais comum no Brasil é o *colunismo*. Pessoas com deficiência e/ou profissionais e especialistas da área escrevendo os mais variados pontos de vistas e conhecimentos em colunas nos órgãos de comunicação de massa, tendo por objetivo principal, repassar informações à população e, com isso, prevenir, informar e esclarecer sobre a importância dos conhecimentos sobre o que é uma pessoa com deficiência, causas e síndromes. As manifestações de leitores com relação às colunas são as mais variadas. Pessoas em geral, estudantes de segundo grau e faculdades escrevem aos jornais e aos colunistas solicitando maiores explicações, sugestões, trocas de opiniões e conceitos. Tudo democraticamente, sempre em um confronto de ideias e conhecimentos.

O ideal seria que cada jornal ou revista abrisse um espaço (semanal ou quinzenal) para divulgação desses trabalhos. Mas que interesse essas colunas teriam para os editores ou dono dos grandes jornais? Certamente uma maior credibilidade e reconhecimento da função social de sua publicação. Mas, por outro lado, acreditamos que as conquistas de espaço como esses, serão mais fáceis em pequenas publicações, como por exemplo, jornais interioranos que estão mais voltados aos problemas sociais de seu município do que com os acontecimentos nacionais e internacionais.

OS BOLETINS INFORMATIVOS

Outra prática alternativa de comunicação praticada pelos centros de reabilitação e entidades, são os *Boletins Informativos*, os Bis, graças a sua facilitação e baixo custo. Conhecido também por “jornalzinho”, os Bis têm uma regra a cumprir. Dentro de suas funções básicas, está a de organizar, aprofundar discussões, os serviços existentes na associação, as novidades técnicas e agenda (reuniões, eventos, etc.), dentre outras coisas.

Os Bis poderão ser feitos por àqueles que lutam e defendem os ideais das pessoas com deficiência – sejam suas entidades de representação, sejam essas próprias pessoas com deficiência – de dentro para fora e nunca de fora para dentro! Deverá ser porta-voz de um grupo de indivíduos conscientemente organizados. Uma imprensa só pode ser considerada comunitária, quando se estrutura como meio de comunicação autêntica de uma comunidade. Isso significa dizer: produzido pela e para comunidade!

Sua confecção não chega a ser de difícil dimensão, podendo ser artesanal (de baixa tiragem), ou gráfica (de média à alta tiragem). Um tipo dos mais comuns, são os BIs elaborados com uma só folha de papel tamanho ofício em branco, dobrado ao meio, utilizando-se os quatros lados. Antigamente, escolhido o que seria publicado, os textos e notas eram datilografados em máquinas de escrever simples ou eletrônicas em tiras de matéria fibrosa de origem vegetal refinada e branqueada, contendo cola para reproduzir em unidades com perfeição pelo sistema de Xerografia. Quando os BIs eram rodados em mimeógrafo, todo o material era datilografado em folhas de papel extenso. O nome do boletim e os títulos vinham escritos em letras maiores, manuais ou colantes. Algumas vezes eram letras recortadas de jornais ou revistas. Muitos boletins chegavam ao ponto de reproduzir recortes de matérias retiradas de grandes publicações. Hoje essa composição é feita via computador e uma impressora simples.

Existem os BIs feitos por equipes profissionais, redigidos por jornalistas, com moderno projeto gráfico, composição eletrônica, papel superior e impressão off-set. De alta tiragens e poder de alcance, são agradáveis aos olhos de seus leitores. Mas, infelizmente, é um trabalho caro para a maioria das entidades ou associações brasileiras que mal dispõem de recursos financeiros para as tradicionais terapias e projetos de reabilitação.

AS MALAS DIRETAS

Prática cada vez mais comum das entidades e associações, as *Malas Diretas* têm um processo operacional com bases constituídas em atingir o público-alvo específico. Geralmente enviadas aos sócios e contribuintes das mesmas, são direcionadas a engenheiros, médicos, políticos, técnicos reabilitacionais, gerentes, proprietários de determinados bens ou comércios, sociedade em geral e às pessoas com deficiência. Suas mensagens vão desde divulgar os serviços oferecidos pelas entidades, até divulgação e vendas de certos produtos fabricados por elas. Outras divulgam convites ou solicitam novos sócio-contribuintes.

As Malas Diretas são marketing direto, constituindo-se em fatores extremamente positivos. Sendo de alta seletividade e na forma de correspondências – catálogos, convites, mensagens publicitárias, etc. enviadas pelos Correios -, filtra o público a ser alcançado. Mas por outro lado, as Malas Diretas são de cobertura limitada, pois as entidades pagam uma taxa por nome, além de arcar com despesas de produção da peça e de envio.

JORNAL MURAL

A maioria das entidades, senão todas, têm em suas entradas, partes internas ou em cada sala, um *Jornal Mural* em suas paredes. Isso, graças à sua agilidade informativa, simplicidade de confecção e proximidade com seus receptadores, constituindo-se em um eficiente meio de expressão. As técnicas de produção e custos são os mais baratos possíveis. Para se fazer um Jornal Mural, antigamente

se utilizava apenas uma máquina de escrever, mimeógrafo a álcool ou tinta, pincéis atômicos, cartolinas, letras e fotos para suas mensagens, contudo, atraindo e informando o público-alvo. Dentre os seus benefícios para as entidades, dispensa as produções sofisticadas por ser de baixa tiragem (geralmente unitário) e de periodicidade curta. Alguns murais são montados mensalmente; outros quinzenais ou mesmo diários. E outros não tem definição, sendo renovado sempre que as matérias saem “quentes”.

ARTIGOS DE OPINIÃO

Todos temos as nossas opiniões pessoais, não só referente ao assunto que trabalhamos, mas acerca de variados temas que nos cercam no dia-a-dia. Do mesmo jeito que temos os nossos pontos de vista, também temos o direito democrático de manifestá-lo, seja através de fala ou da escrita. E uma das formas de se fazer isso, é por meio dos *Artigos de Opiniões*. Eles são tão valorizados, que todos os jornais e revistas mantêm seções abertas às manifestações dos mais diversos seguimentos. Esse gênero de texto democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade com o debate permanente dos problemas nacionais.

Temos uma visão das coisas, dos homens, do mundo por meio da chamada *formação discursiva* – o pensar com ponto de vista de alguma coisa absolutamente individual, algo que as pessoas elaboram independentemente de outras pessoas, fora

das circunstâncias econômicas, sociais e culturais que as envolvem. Nem todo mundo precisa concordar com o ponto de vista de nossos artigos de opinião; mas, sobretudo, as pessoas têm que respeitá-lo, assim como precisamos respeitar a opinião de cada um democraticamente. Todavia, muitos desses artigos, publicados e lidos, geram outros escritos por diversas pessoas que apoiarão ou discordarão do nosso texto, não deixando também de ser o direito do confronto de ideias, gerando um confronto de opiniões o que, se realizado de maneira saudável, enriquecerá o conhecimento e ainda mais o acervo cultural.

Sua estrutura é fácil. Basta seguir uma dissertação básica (introdução, desenvolvimento e conclusão) e deixe o seu estilo e linguagem fluir naturalmente, sem se preocupar com outras estruturas e regras mais complexas. Afinal, você está escrevendo o seu ponto de vista! Escrever artigos e manifestar as nossas opiniões é um gesto livre e um direito de cada um de nós. Porém, procure sempre ter a certeza do que vai falar e ter bons argumentos, enriquecendo ainda mais o seu texto.

A CRÔNICA

Escrita para ser publicada em jornais ou revistas, aborda fatos do cotidiano. O cronista colhe seu material de trabalho na observação dos fatos que acontecem na vida diária das pessoas. A crônica, diferente de uma notícia ou reportagem, não tem por finalidade principal informar, mas refletir sobre o acontecido em uma visão subjetiva do cronista sobre o universo com o narrativo invariavelmente na primeira pessoa. Sempre escrita com uma finalidade utilitária e pré-determinada: estar dentro de um espaço sempre igual e com a

mesma localização, criando-se assim, no transcurso dos dias ou das semanas, uma familiaridade entre o escritor e aqueles que o leem. Apresenta um discurso que se move entre a reportagem e a literatura, o oral e o literário, a narração impessoal dos acontecimentos e a força da imaginação. Um diálogo com o leitor, monólogo com o sujeito da enunciação. Com uma “morte” mais lenta que a notícia, a crônica se veste das roupagens literárias como a metáfora, a ambiguidade, a antítese, a conotação, etc. Uma estrutura assemelha-se à de um conto, apresentando uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. Assim como o repórter, o cronista se inspira nos acontecimentos diários, que constituem a base da crônica. Após cercar-se desses acontecimentos diários, o cronista dá-lhes um toque próprio, incluindo em seu texto elementos como ficção, fantasia e criticismo, elementos que o texto essencialmente informativo não contém. Com base nisso, pode-se dizer que a crônica situa-se entre o Jornalismo e a Literatura, e o cronista pode ser considerado o poeta dos acontecimentos do dia-a-dia. Ao desenvolver seu estilo e selecionar as palavras que utiliza em seu texto, o cronista está transmitindo ao leitor a sua visão de mundo. Ele está, na verdade, expondo a sua forma pessoal de compreender os acontecimentos que o cercam com uma linguagem simples, espontânea. Isso contribui também para que o leitor se identifique com o cronista, que acaba se tornando o porta-voz daquele que lê.

CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO E A INTERNET

Nota-se que nos últimos anos, no Brasil, tem surgido um bom número *Centros de Documentação e Bancos de Dados*, com informações variadas sobre as questões que envolvem pessoas com deficiência, estão aflorando cada vez mais. Esses órgãos, entidades, ou muitas vezes, departamentos ou projetos acadêmicos, tanto públicos como os decorrentes das iniciativas privadas, estão interligados com todas as redes nacionais e/ou mundiais de informações, permitindo que pessoas deficiência tenha à sua disposição uma fonte com alta velocidade na transmissão dessas informações entre uma rede e outra e para ele, usuário final na ponta capilar dessas redes. Segundo Sasaki (1993): *“Sendo a informação a matéria-prima dos centros de vida independente e de outras formas de organização dos portadores de deficiência, percebe-se de imediato a importância deste movimento no contexto social. Uma amostra dos tipos de informações disponíveis nessas redes pode comprovar essa percepção: aspectos de atendimento de casos, avaliação de programas sociais, credenciamento de entidades, administração de recursos humanos, aparelhos auxiliares para deficientes, métodos de prestação de serviços,*

cálculos de relação custo/benefício dos serviços, aplicações de computador, seguros, captação de fundos, questões legislativas e de defesa de direitos, oportunidades de emprego e de trabalho, etc.”.

Dentre esses *Centros de Documentação e Redes de Informação*, podemos destacar um dos maiores, pertencente à Universidade de São Paulo. Trata-se antiga REINTEGRA - Rede de Informações Integradas Sobre Deficiências -, parte da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais CECAE. Entre suas metas, uma visava coletar e disseminar informações que apontam para soluções e orientam a tomada de decisões por parte de seus usuários. No geral, os objetivos da REINTEGRA eram:

- facilitar a plena utilização dos serviços existentes, pela constituição de uma base informativa capaz de atuar como fornecedora e receptora de informações;
- subsidiar o desenvolvimento de ações efetivas, através da formulação de políticas públicas de prevenção, reabilitação e inserção social;
- possibilitar a alteração de atitudes paternalistas ou segregacionistas, divulgando o conhecimento, gerado ou adquirido, constante do acervo;
- estimular a integração social, buscando alcançar uma qualidade satisfatória de vida;
- promover o exercício da cidadania, em igualdade de condições.

A REINTEGRA estruturava-se a partir de um Núcleo Central. De sua gradual expansão originavam-se os Núcleos Temáticos, que se articulavam segundo os princípios sistêmicos de inter-relação e interdependência. Essa forma de organização provocava o encontro entre produtores de conhecimento, instâncias decisórias e sociedade civil (principalmente o mais diretamente envolvido, pessoas com deficiência), causando necessidades específicas e alternativas existentes. Estabelecia canais de comunicação com outras redes ou sistemas de informação no Brasil e no exterior, para intercâmbio de dados e de metodologias de trabalho. O acervo da REINTEGRA era formado por bibliografias, livros, revistas, audiovisuais e outro tipo de material. Tudo pode ser consultado através de cartas, telefonemas ou por visitas pessoais. Em 1999, a REINTEGRA passou a ser a Rede SACI – Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação, a qual veremos mais para baixo.

A DOCUMENTAÇÃO NO BRASIL

Vamos aqui abrir um parêntese para analisar a questão da Documentação em nosso país, não apenas no que se refere às pessoas com deficiências, mas de modo geral. Primeiramente, cabe a seguinte pergunta: O que deve ser um Centro de Documentação e Comunicação? É uma organização que:

- * Promove a intercomunicação entre os indivíduos que integram um grupo ou setor;
- * Converte-se na principal fonte informativa para os integrantes de um grupo ou setor;

- * Dá coerência e continuidade às tarefas comunicacionais;
- * Converte-se, a partir de tal tipo de tarefas, um centro de nucleação e organização de grupo ou setor.

Cada Centro de Documentação ou Banco de Dados tem a sua meta, sua necessidade, sua dificuldade (financeira ou não), além de se estruturar de acordo com a sua realidade e material disponível. Mas, sobretudo, de maneira generalizada, os Centros devem ter três atividades principais: a Documentação, o trabalho com meios de comunicação e produção de mensagem e a tarefa de conscientização, organização e mobilização.

Um conceito que é mundialmente conhecido, e que a UNESCO sempre está lembrando é que "a informação é um direito de cada cidadão"! Mas nem sempre isso funciona na prática. Como sempre, a produção de informação e como obtê-las, esbarra-se novamente no capitalismo. Há uma verdadeira indústria do saber, o que também podemos intitular de "indústria da massa cinzenta", que entre suas atividades básicas está à produção, distribuição e consumo dos conhecimentos. No conceito de muitos estudiosos, a sede dessa indústria está concentrada, obviamente, nos países desenvolvidos. As atividades de pesquisa científica, os meios de comunicação de massa, a educação e o ensino, conjuntamente com a documentação, integram esta indústria.

Essa situação dificultatória de se realizar uma pesquisa, seja no tocante ao financiamento, seja no tocante a localizar e obter informações e bibliografias específicas, já não tem tanto efeito como antigamente. Estamos vivendo a "Era da Informática". A cada dia, o computador facilita muita coisa,

além de agilizá-la. E na Documentação não é diferente, pois fazendo uma pergunta bibliográfica, começa-se formulando a pergunta. O computador logo imprimirá na tela que há tantos artigos sobre o assunto pedido, e, caso assim o queira, ele fornecerá a lista de todas as referências bibliográficas, uma listagem de referências bibliográficas que, de outra forma, me demandaria um tempo muito maior.

Na questão dos Centros de Documentação e/ou Bancos de Dados voltados às pessoas com deficiência, podemos concluir que, esta deve ser uma atividade desenvolvida principalmente pelas entidades e outras pessoas ou segmentos ligados diretamente com a temática. E teoricamente, não visarem principalmente lucros, mas sim a realização social a que se destina. Um trabalho sério e bem organizado, pode construir melhor qualidade de vida e uma imagem real da pessoa com limitação, além de se tornar um poder; o poder de conquistar mentes e corações!!! E assim diante de muitas contribuições que a Documentação e/ou Bancos de Dados têm no movimento das redes de informações, Sasaki destaca o "impacto deste poder nas entidades assistências":

- * Elas devem preparar-se para atenderem pessoas melhores informadas sobre assuntos da pessoa com deficiência.
- * Elas devem adotar a informática para poderem conectar-se com as redes de informações.
- * Elas devem rever seus programas, serviços, procedimentos e políticas de atendimento com base nos conhecimentos oferecidos pelos bancos de dados.
- * Elas devem treinar suas equipes para a nova realidade social, revelada pelas redes de informação que, por sua vez,

estimulam o esforço de melhorar cada vez mais essa mesma realidade social.

A INTERNET E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O surgimento do computador significou uma grande revolução e facilitação no mundo da informação e documentação. Essa revolução foi ainda maior com o surgimento da Internet, a "mãe de todas as redes", possibilitando consultar livros e outros documentos em mais de duas mil bibliotecas que podem ser acessadas 24 horas por dia em qualquer parte do mundo. Ela surgiu durante a guerra fria, quando o governo dos Estados Unidos sentiu a necessidade de criar uma rede de sistema de comunicação independente, e não tivesse fim, caso Washington fosse exterminada durante um ataque nuclear.

Não havendo dono ou uma central de comando, o sistema é totalmente livre a qualquer pessoa em todo o mundo, não tendo como saber ao certo o número de usuários, cifra que estava estimada em 400 milhões de pessoas até o final de 1995, quando a INTERNET contava basicamente com três tipos de computadores:

- * Os servidores - grandes fornecedores de informações e programas, geralmente ligados a universidades ou instituições de pesquisas;
- * Os nós - grandes máquinas que agem como servidores, mas também ajudam a escoar o tráfego de informações na rede;

* Os usuários - recebendo informações, passando mensagens e entrando em discussões sobre os temas de interesse. Por exemplo, um texto enviado por um usuário pode ser lido por milhões de pessoas.

Milhares de instituições e pessoas com deficiências navegam pela Internet. Aqui no Brasil, a primeira Conferência Eletrônica, "Cidadania e Portadores de Deficiência", via Internet foi inaugurada pelo Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro (CVI-Rio), no primeiro semestre de 1995. Aberta a todos, além de estar conectada a todas as associações e centos de todo o planeta, os contatos, consultas e conversas no diálogo aberto, aproxima pessoas que moram a quilômetros de distância, visando divulgar informações, buscando soluções para os problemas que atingem milhões de pessoas com deficiências, além de possibilitar descobrir o que está se fazendo pelo mundo. Com a iniciativa, o CVI-Rio reafirmou uma das principais características básicas dos CVIs de serem centros de informações.

é do CVI-Rio a primeira experiência do uso desse recurso aqui no Brasil. A entidade ligou-se inicialmente na Internet via Rede Alternex, um serviço internacional de intercâmbio internacional, criado em 1988, sem qualquer finalidade lucrativa, voltado para a democratização da informação, sendo membro-fundador da Associação para o Progresso das Comunicações (APC), rede que congrega agências, como o próprio Alternet, em 18 países. A Rede é operada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) do Rio de Janeiro e gerido pela Rede Nacional de Pesquisa-RNP, um órgão da Embradel. Se autodenominando como "Rede pela Justiça

Social e Direitos Humanos", o Alternex dedica-se a assuntos ligados a direitos humanos, justiça social, ecologia, dentre outros – segundo informações extraídas do Jornal "SuperAção", - Mar/Mai. de 1995, à página 07 -, órgão informativo do Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro.

A Internet pode oferecer outros recursos às pessoas com deficiência. Outro exemplo pioneiro vem de Recife (PE), do Núcleo Profissionalizante de Informática da Escola Padre Henrique, onde, inicialmente, 50 pessoas com falta de visão, auxiliados por um software (programa) DosVox - acoplado a um sintetizador de voz, transformando as funções do microcomputador em sons -, começaram a utilizar os serviços da rede, entre os quais está a leitura diária das primeiras páginas dos principais jornais do país, dentre outras informações e consultas. Com o auxílio de uma impressora em Braille, é possível para o usuário imprimir qualquer texto que chegue via Internet, ou que já esteja na memória do seu migro. O software DosVox foi todo desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Ultimamente há um número incontável de sites e homepages sobre deficiência, tanto particulares quanto oficiais e de entidades no ar em nosso país. Vejamos um exemplo, a própria Rede Saci, primeiramente, lendo um trecho de seguinte texto contido em sua página: *“É redundante enfatizar a onipresença e a importância da tecnologia no nosso dia-a-dia. Mas, se para a maioria das pessoas, a tecnologia torna a vida mais fácil, para uma pessoa com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis. É graças aos avanços tecnológicos obtidos nos últimos anos que várias pessoas portadoras de deficiência têm conseguido sua inserção na sociedade, tornando possível o*

exercício da cidadania e melhorando sua qualidade de vida”.

Criada em 1999 a Rede SACI - Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação -, uma rede voltada para a informação e a comunicação sobre a questão da deficiência que busca envolver, em sua trama, pessoas com todos os tipos de deficiência, seus familiares, profissionais, órgãos públicos, empresários, pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Ela é uma iniciativa da USP – Universidade de São Paulo, através da CECAE – Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais; da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, através do NCE – Núcleo de Computação Eletrônica; da Rede Nacional de Pesquisa e do Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas. Seus apoiadores são a Fundação Telefônica e Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social.

A atuação da Rede SACI tem como objetivo reduzir a limitação imposta pela condição da deficiência e apontar para a aceitação da diversidade e dos limites decorrentes. Para tanto, a SACI busca facilitar o acesso a informações e abre canais de comunicação em mão dupla, dando vez e voz às pessoas com deficiência, visando visa estimular a comunicação e a difusão de informações entre pessoas com deficiência, seus familiares, profissionais, órgãos públicos, empresários e formuladores de políticas públicas. Contribui para a avaliação e o desenvolvimento de *softwares* e *hardwares* para pessoas com deficiência. O objetivo final é contribuir para a inserção dessas pessoas na sociedade, tornando possível o exercício da cidadania e melhorando sua qualidade de vida.

Como diz Federico Mayor, da Unesco: *“É muito o que se pode fazer em termos de legislação, assistência, educação,*

emprego e prevenção. São muitas as lições que se podem tirar da experiência de outros países através da troca de informações e resultados obtidos. Para sermos conscientes temos de estar informados; para nos envolvermos, temos de ser conscientes."

Pensando em promover o contato entre essas pessoas e entidades, a Rede SACI disponibiliza canais de comunicação para difusão de informações sobre o tema, visando estimular a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas portadoras de deficiência. Certamente, é um bom modelo a ser espelhado!

CONCLUSÃO

A partir de 1994, presenciamos a expansão da tecnologia: a Internet saiu do mundo da academia, serviu de tema para uma novela da Rede Globo, programas e produtos foram criados e, num piscar de olhos, a pessoa com deficiência como o visual pode ter outras opções, além de fabricar vassouras e vendê-las de porta em porta. Assistimos, encantados, essas pessoas tornarem-se analistas de sistema; pessoas com paralisia cerebral e com a inteligência preservada tornarem-se capazes de se comunicar, apenas para citar alguns usos da informática e das tecnologias da informação.

Informática e informação caminham de mãos dadas, complementando-se. Para que a pessoa com deficiência possa ser um cidadão no sentido pleno da palavra, é preciso que ela tenha acesso à informação. Mais do que isso, precisa aprender a consumir informação, selecionando o que é relevante para

suas necessidades atuais.

Ora, a Internet é o local onde a informação circula e onde as pessoas se encontram. Assim, todos os que não têm acesso a este mundo virtual tornam-se "infoexcluídos", o que acarreta graves repercussões em suas oportunidades de educação, de profissionalização, de cultura e de lazer. Daí o esforço no sentido de promover a universalização do acesso, de desenvolver *software* e *hardware* adaptados, de promover cursos de capacitação voltados para os segmentos excluídos.

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O REGASTE DE SUA CIDADANIA ATRAVÉS DA ESCRITA!

Desde épocas remotas, estão presentes no Brasil movimentos populares: movimentos abolicionista, pela independência, pela República, contra os golpe militar de 64. Sempre lutamos pelos nossos direitos, principalmente depois da abertura democrática. Não indiferentes a todos esses acontecimentos históricos de mudança, as pessoas com deficiência também iniciaram os seu movimento. Resumidamente, podemos dizer que tudo começou em meados da década de 1970, quando, até então, elas eram consideradas uma espécie de objeto, trancafiadas em instituições, sendo cuidadas por aqueles considerados "técnicos e especialistas" no assunto. Nessa década começaram a surgir várias entidades organizadas em nível nacional, representando toda a classe. Oriundo de um movimento mundial, 1980 foi instituído o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), chegando a reunir mais de 1000 pessoas – com deficiência ou não - em Brasília, no I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes. Seguindo o lema do AIPD,

"Participação plena e igualdade", tendo por principal característica do movimento, a representação por elas próprias e não mais pelos especialistas.

Em nível internacional foi lançado o Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas (1982), cujo objetivo era promover medidas eficazes para prevenção da deficiência e para sua reabilitação. Visava também à realização dos objetivos de igualdade e participação plena das pessoas com deficiências na vida social. Isto significa oportunidades iguais às de toda a população e uma participação equitativa na melhoria das condições de vida resultante do desenvolvimento social e econômico. Estes princípios devem ser aplicados com o mesmo alcance e a mesma urgência em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvendo (Parágrafo 01 - o Programa tem sido o nosso principal instrumento de nossa luta.) Aproveitando ainda o AIPD, no período de 1982 a 1992 foi instituído pela ONU, como a Década da Pessoa Portadora de Deficiência (1982-1992).

Aqui no Brasil, continuavam a surgir entidades, tanto governamental, como principalmente não-governamental. Todas essas lideranças foram fundamentais para uma das principais etapas da luta travada na década de 1980, ocorrendo uma mudança de postura em relação à pessoa com deficiência. Outro grande passo, foi a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), através de um decreto do Presidente da República, e confirmado pelo Congresso Nacional em outubro de 1989, através da Lei nº. 7.853. Esta lei estabelece normas gerais que

asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência e sua efetiva integração social. Conquistaram também, na Constituição Brasileira de 1988, vários artigos específicos em relação às suas causas.

Por tudo isso, continuar falando que nada mudou com relação a quem tem deficiência, não é nada justo. Já contam com muitas conquistas na prática, como por exemplo, o "direito de ir e vir", onde em cidades brasileiras já há redução de barreiras arquitetônicas e contam com frotas de ônibus adaptados para usuários de cadeiras de rodas. No mercado de trabalho, está havendo uma grande abertura e reconhecimento da mão-de-obra dessa classe, principalmente em empresas de grande porte e multinacionais. No setor da Educação, está ocorrendo cada vez mais a inclusão de alunos com deficiência no sistema de ensino regular. Com relação aos esportes, considerado um dos maiores índices de mobilização de pessoas com deficiência, o Brasil vem se consagrando e já atingiu importantes resultados no ranking internacional. E estão sendo criadas "entidades de serviço", como por exemplo, o Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro (CVI/RJ), fundado em 1988, sendo o primeiro no gênero na América Latina. Vários CVIs se espalham pelo Brasil, criados e coordenados por equipes de profissionais com deficiência que informam e orientam o segmento, suas famílias e comunidades.

Baseado nessas e tantas outras animadas conquistas é que o movimento se intensifica e ganha forças a cada dia. São inúmeras as formas de participação: palestras, atividades culturais, lutas por direitos adquiridos, passeatas, manifestações públicas, enfim, cada qual com a sua forma de acordo com a sua necessidade. Porém, há uma forma

silenciosa, mas de grande efeito e principalmente de importância social e cultural: a escrita!

A escrita teve o seu surgimento com o desenvolvimento da vida social, que começou, em determinado momento da história, a exigir que os homens ampliassem o uso das formas verbais de comunicação, necessitando compreender o próprio funcionamento da linguagem. Desse estudo surgiram as formas dissertativas que sempre estão presentes em nosso cotidiano, como por exemplo, nos discursos publicitários, jornalísticos, conversas informais e em nossas vidas pessoais, onde ideias estão sendo veiculadas, pontos de vistas debatidos, concepções atacadas ou defendidas. E, como se percebe, o mecanismo de comunicação que envolve os agentes discursivos tanto pode estar baseado em formas interpessoais como massivas.

Hoje e sempre a escrita é algo que possui muitas conotações. Mais do que uma representação através de letras, o texto argumentado representa a construção de nossas ideologias! Quando escrevemos, estamos transmitindo algo: informações, conhecimentos e, quase sempre, formando opiniões, motivo de muita responsabilidade de seu autor... E na área das deficiências, não deixa de ser diferente!

Um exemplo concreto, foi a Campanha da Poliomielite. Quando das realizações e veiculações dos anúncios publicitários, eram usados quase sempre o recurso de linguagem (verbal e não-verbal) para divulgar a intenção e importância de uma vacinação em massa; com isso, produziu-se o efeito e a conscientização da população, conseguindo-se o sucesso da campanha, ou seja, as palavras criaram ações cujos objetivos alcançados foi a erradicação da Poliomielite em nosso país. Esse exemplo, mostra-nos o mecanismo da argumentação

com efeito eficaz. E por que não usar essa técnica em defesa dos direitos de pessoas com deficiência e na construção de sua Cidadania, utilizando, por exemplo, palavras mais diretas e simples, recorrer às estruturas frasais menos complexas, apresentar provas contundentes de que as coisas estão melhorando ou piorando?

De um modo geral, cabe-nos aqui um parêntese para algumas reflexões sobre a pessoa com deficiência e sua Cidadania, um tema bem atual, pauta de congressos, encontros, reuniões, artigos e revistas especializadas e nos meios de comunicação em geral.

Cidadania é algo de muitas conotações num amplo sentido. Porém, grosso modo, uma pessoa com algum tipo de limitação só é realmente reconhecida como cidadã, a partir de sua profissionalização, ou seja, a partir do momento que ela passa a ser alguém produtivo - grande característica geral do sistema capitalista. Mas é um longo caminho até se chegar nesse estágio. Se para qualquer pessoa conseguir um emprego ou qualquer outro tipo de colocação nos dias atuais, é difícil para aquelas que portam algum tipo de deficiência torna-se ainda mais difícil, tendo que realmente provar a sua potencialidade. E, depois de empregada, a cobrança (talvez por inveja de algum companheiro de serviço), é ainda maior, não podendo errar, pois o deslize será sempre associado a sua deficiência.

Para realmente atingir a Cidadania plena, a pessoa com deficiência precisa ter garantidos os seus Direitos Sociais (trabalho, educação, habitação, saúde, etc.) e os Direitos Políticos, como participar de sindicatos, partidos, movimentos sociais, escolares, conselhos, organizar associações para

conscientizar governantes, parlamento, assembleias e a sociedade em geral de seus Direitos. Porém, ela precisa também se conscientizar de que ao mesmo tempo em que tem os direitos civis e sociais, também tem os seus Deveres, como por exemplo, o de sua Participação para ajudar a agilizar todas as conquistas desejadas, uma forma de vir à tona, recuperando (ou construindo) a sua identidade com indivíduo, em busca de justiça e igualdade, liberdade e ao mesmo tempo de individualidade. Individualidade porque, apesar de estar participando de um grupo, cada um deve ter também a sua opinião pessoal e seus desejos pessoais, o que deve ser respeitado pela coletividade. A bandeira de luta pela Cidadania plena de quem tem deficiência deve se transformar em seu cotidiano em algo de prazer, satisfação, sob condições que respeitem a própria vida, tendo ainda chance e respeito à questão do desejo e a construção da identidade do indivíduo com as atividades que realiza.

Talvez, um dos caminhos mais curtos para que alguém com deficiência conquiste a sua Cidadania plena, é a tão falada e almejada Inclusão Social. Isso significará vez e voz; acesso à educação; condições de progredir culturalmente; ingresso ao mercado de trabalho; sentindo-se útil; participação em atividades recreativas, esportivas, culturais, comunitárias e sociais, permitindo a inserção dessa pessoa na rotina da corrente normal da vida.

Do mesmo modo, podemos garantir que a escrita tem grandes contribuições a oferecer à área. Dividindo essas pessoas em dois grupos distintos, notaremos que uma pequena parte já tomou consciência de seus Direitos e Cidadania, reunindo-se em Movimentos Sociais (individual ou coletivo) e

criando associações representativas, como por exemplo, os CVIs; mas uma outra grande parte nem sequer ainda tomou consciência que tem Direitos e Deveres perante a Sociedade. Então, através da escrita, podemos oferecer subsídios para reforçar as lutas dos já ativos e, ao mesmo tempo, oferecer condições para que os demais, na medida do possível, conheçam seus Direitos e comecem gradativamente a participar da vida social e política em sua comunidade.

Não podemos, no entanto, esperar que todos tenham uma mesma forma de participação, pois cada um conta com um modo diferente de agir e pensar, tendo sempre em mente, que a Cidadania é um direito de todos, principalmente daqueles mais limitados ou prejudicados. Exemplo disso, em um encontro de APAEs realizado certa vez no Rio de Janeiro, onde foi dada voz as pessoas com deficiência intelectual, sendo que alguns falaram pela primeira vez de suas vidas, do que gostavam e do que não gostavam e o que faziam ou não faziam. Perguntados sobre o que significava Cidadania para eles, uns opinaram que seria votar nas próximas eleições; para outros era trabalhar e/ou estudar no sistema regular de ensino e, assim, cada um foi dando a sua opinião. Todas essas formas entendidas como Cidadania são válidas e todas essas pessoas devem ser encorajadas a se envolverem em sua escola, trabalho, associação de classe e na sociedade em geral, num papel ativo em nosso cotidiano, fazendo as nossas próprias escolhas, sendo encorajados a levá-las adiante. É preciso ainda, mais diálogo entre pessoas com deficiência e os profissionais que com eles trabalham, uma relação de intercâmbio, de uma forma democrática e igualitária, onde os pacientes deixam de ser meros receptores passivos do velho sistema de

reabilitação, mas sim, um cidadão consumidor consciente do que querem e precisam, além de criativos em suas vidas...

A luta por tudo isso pode ser feita por meio da escrita e com a colaboração de nós, os profissionais... Baseando-se em nossa experiência pessoal, podemos revelar que iniciamos escrevendo sobre deficiência em 1989. Nesse período já escrevemos e publicamos documentários, entrevistas, resultados de pesquisas, artigos de opinião e alguns livros técnico-científicos em torno da temática. E dentre todo esse contexto, nada gera tanto comentário quanto os textos de opinião pessoal.

Todos nós precisamos nos manifestar, tendo nossos próprios conceitos, para não ficarmos esquecidos num canto pela família, pela sociedade e pelas autoridades em geral, Conquistando com dignidade, nossa Cidadania no convívio social.

Outra área em que precisamos começar a investir e trabalhar através da escrita, é com relação à informação. Isso porque, a maior parte das conquistas dessas pessoas ou de especialistas com relação elas, direitos e recursos do nosso campo, como já frisado, quase nunca chega ao conhecimento da grande maioria. Através de textos, poderemos chegar ao conhecimento dos órgãos de informação pública de forma regular e automática, fazendo circular nos meios de comunicação, informações sobre nossas atividades, artigos de fundo, notas informativas. Poderemos nós mesmos, produzir nossos jornais alternativos, boletins, folhetos, etc. Poderemos também, através da linguagem verbal, realizar entrevistas em rádio e televisão e em qualquer outro meio adequado. São inúmeras as nossas possibilidades.

Informação também significa Educação do Público, principalmente em um país com tantos problemas sociais, com violência, os assaltos à mão armada e de um alto número de acidentes automobilísticos e de trabalho (cerca de três mil por dia), o que aliás, causam aumento de pessoas com deficiência. Escrever é uma forma de Prevenção, além de despertar a sociedade para o que realmente é uma pessoa com deficiência e para suas reais necessidades. Por outro lado, é também uma forma de conscientização social.

Concluimos que o trabalho escrito por meio de texto informativo e/ou argumentativo, dentro de uma linguagem construtiva e adequada aos leitores, é uma forma de ação democrática e aberta, tornando-se uma grande arma na lutas sociais promovidas por diversos grupos e classes, o que poderá igualmente liberar ou oprimir, maquiar ou revelar como são feitas as manipulações, ideologias, dentre alternativas. Sobretudo, argumentar, opinar e informar é um grande exercício de Cidadania...

Seja qual for o meio de comunicação utilizado ou quem produzir material a partir deste curso, podemos traçar algumas dicas:

- ✓ Primeiramente, sigam a linha do pensamento filosófico do jornalismo moderno – informação e opinião!
- ✓ Faça algo diferente das muitos textos já existentes, como por exemplo, retirar o lado piegas e toda a emotividade que o tema – deficiência – pode suscitar.

- ✓ Para um bom conteúdo, procure manter sempre contato com as entidades, os centros de reabilitação e pessoas ligadas à área, principalmente as pessoas com deficiência, permitindo que falem por si.
- ✓ Divulgue trabalhos, pesquisas sendo realizadas, notícias, notas de promoções das entidades, reportagens e entrevistas, direitos (leis) e deveres, benefícios existentes na cidade e artigos de opinião.
- ✓ Mostre lugares (adaptados ou não) que poderão ser frequentados por usuários de cadeiras de rodas e outros serviços.
- ✓ Dê dicas de livros e artigos especializados, uma vez em que o pessoal da área sofre com a falta dessas bibliografias.
- ✓ Tenha como meta esclarecer à população da importância da prevenção e orientação sobre as deficiências.
- ✓ Procure conscientizar a todos da existência das pessoas com deficiência, sua realidade e participação na sociedade sem qualquer restrição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELER, R. B. (org.). **Ética e legislação: Os direitos das pessoas portadoras de deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: Rotary Club, 1990.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

FIGUEIRA, E. As deficiências representadas na mídia e o papel da psicologia social. **Temas Sobre Desenvolvimento**, São Paulo, v. 14, n. 83-84, p. 75-81, 2006.

FIGUEIRA, E. Deficiência e imprensa alternativa no Brasil. **Temas sobre Desenvolvimento**, São Paulo - SP, v. 8, n. 44, p. 38-42, 1999.

MELO, J.M. de. **Para uma leitura crítica da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1990.

MELO, J.M. de. **Comunicação e liberdade**. Petrópolis: Vozes, 1981.

NAÇÕES UNIDAS. **Programa de ação mundial para pessoas com deficiência**. São Paulo: CEDIPOD, 1992.

OLIVETTO, W. Marketing, propaganda e deficiência. **Revista Integração**, nº 10, setembro de 1990.

RESENDE, A.P.C. de; SANTANA, C.M.M. de. & SILVA, I.A.da. A imagem da liberdade. Rio de Janeiro; **SuperAção**, julho/agosto de 1999.

SASSAKI, R.K. O novo poder: seu impacto nas entidades assistências. São Paulo; **Revista Integração**, nº. 33, 1993.

SCHEAKER, A. **Manual sobre como apresentar as pessoas com deficiência mental**. Brasília; Federação Nacional das APAEs, 1989.

